

Afirmativa

plural

Ano II - nº 08 - AFROBRAS



No palco da Unipalmares



Não se preocupe mais com suas contas que o Bradesco paga todas em dia, sem tarifa. Agende seus pagamentos pelo Internet Banking ou Fone Fácil Bradesco.

Bradescompleto

Para ajudar sua vida a ser mais completa.



A young boy with short, curly hair is smiling broadly at the camera. He is wearing a yellow long-sleeved shirt with a green graphic of a person on it. He is sitting on a wooden floor, holding a black video game controller with both hands. In the background, there are other children and some yellow structures, possibly in a playground or school setting.

Débito Automático.
Faça e esqueça
os pagamentos por completo.

Ricardo Souza de
Oliveira, aluno da
Fundação Bradesco.



Bradesco

www.bradesco.com.br



Acuso e
agradeço o
recebimento
do exemplar da
Revista Afirmativa
Plural aos 117 anos
da Abolição da Escra-
vidão. Coloco-me ao in-
teiro dispor dos Senhores
e envio os meus sinceros
cumprimentos.

Aproveito para renovar os
meus protestos de estima e
consideração,

Cordialmente,

Roberto Trípoli
Presidente da Câmara Mu-
nicipal de São Paulo



Apreciei muitís-
simo a revista.
Com efeito,
trata-se de
u m a

preciosa entidade deitada à con-
ciênci a negra de nosso País plural,
não para resgatar coisa alguma, mas
para integrar a todos, no respeito ao
artigo 1º da Constituição Federal
e, acima de qualquer palavra fria da
lei, promover a assunção do status e
do papel da sociedade brasileira em
sua manifestação perfeita de povo
uno e tão belo em sua constituição
integrada de várias etnias. A revista
da Afrobras, de excelente qualidade
gráfica, de matérias da maior atua-
lidade, de um sabor de dignidade
nos propósitos colimados e, acima
de tudo, pela excelência e qualida-
de dos articulistas e colaboradores,
é belíssimo veículo do propósito de
conduzir ao topo o projeto da glo-
bal integração do povo brasileiro.
Parabéns pela atividade, pela publi-
cação, pelo movimento de encon-
tro fraterno de nossa gente e em
favor da pureza de nossa alma.

Um forte abraço do admirador e
amigo petropolitano

Joaquim Eloy
Presidente do Instituto Histórico de
Petrópolis-RJ



Muito obri-
gado pelo exem-
plar da Afirmativa
Plural. São iniciativas
como esta que reforçam
a relação entre os nossos
países.

Com os melhores cumpri-
mentos,

João Pignatelli
Instituto Camões – Delegação
de São Paulo



Prezada Francisca,

Cumprimentando-a cordial-
mente, tenho a satisfação
de acusar o recebimento
de um exemplar da Re-
vista Afirmativa Plural,
publicada pela Afro-
bras – e aproveito
a oportunidade
para, através
de Vossa
Senho-

artas

ria, parabenizar toda a equipe pelo trabalho desenvolvido.

Atenciosamente,

João Paulo Cunha

Deputado Federal PT



Agradeço o envio da publicação “Afirmativa Plural” ao meu gabinete.

Sem dúvida alguma, trata-se de uma publicação de grande importância para todos. Aproveito a oportunidade para colocar meu gabinete à disposição e parabenizá-los pela iniciativa.

Atenciosamente,

Telma de Souza

Deputada Federal PT/SP



Por meio desta, faço presentes meus agradecimentos pela cortesia fornecida por sua instituição a este gabinete. Fica aqui registrada minha profunda estima pelo gesto, designando a presença desta autoridade em lugar de relevância em sua memória, assim como a gratidão pelo objeto obsequiado, uma publicação cuja qualidade em matéria tanto de forma como de conteúdo são dignos de nota, algo que asseguro ser da mesma relevância para o funcionamento desta Casa de Leis.

Encarecidamente,

Alberto “Turco Loco” Hiar

Deputado Estadual/PSDB/SP



É com grata satisfação que acusamos o recebimento da Afirmativa Plural, que mereceu de nossa parte especial atenção. Parabenizo pelo trabalho realizado, agradecendo o envio da publicação e informando-os que a estamos incluindo em nossa Hemeroteca “Américo de Campos”.

Sem mais para o momento, despedimos-nos, rogando ao Grande Arquiteto do Universo que os ilumine e os guarde para todo sempre.

Fraternamente,

Cláudio Roque Buono Ferreira

*Grão-Mestre Estadual - Grande
Oriente/SP*



Recebemos, por intermédio do exmo. Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, a edição nº 06, ano II, da Revista Afirmativa Plural. Parabenizamos a Sociedade Afro-Brasileira Sócio-Cultural pela iniciativa. Sabemos que deixamos de aglutarizar informações, sobre questões

de tão difícil domínio, por não termos acesso a esta tão elaborada revista. Gostaríamos, portanto, de receber as próximas edições para disponibilizá-la a nossa comunidade usuária da Biblioteca Pública Municipal de Cambé.

Atenciosamente,

Benedito Gomes da Silva Filho

*Secretário Municipal de Cultura de
Cambé/PR*



É com satisfação que entro em contato com esta importante entidade de promoção da igualdade racial e fomento da cultura afro-brasileira. Por meio desta, solicito o envio dos números anteriores da Revista Afirmativa Plural, para compor a biblioteca temática que nossa entidade está montando para servir à população. Reitero que os exemplares vão contribuir muito para os trabalhos de investigação da história da cultura afro-brasileira, tão carente de publicações do nível da Revista Afirmativa Plural. Sem mais para o momento, agradeço e subscrevo-me.

Atenciosamente,

Joel Novaes da Silva

*Coordenador-Geral - Irmandade
Afro-descendente N. S. da Paz.*

Envie sua carta ou
e-mail para nós:

Rua Marquês de Itu, nº 70
– 5º andar – Vila Buarque
– São Paulo /SP - Brasil - CEP
01223-000
francisca@afrobras.org.br

Entrevista especial	
Hélio Silva Jr.	6
13 de Maio	
O exemplo da Unipalmares – Severino Cavalcanti.....	10
Reitor da Unipalmares no Senado	15
Sistema diferenciado nas Escolas Técnicas	16
Um Novo Pacto Abolicionista – Oded Grajew	18
Nestlé e o 13 de Maio	20
Igualdade à Flor da Pele – José Serra	22
A Economia e a Abolição – Joaquim Levy	24
Discriminação no Brasil – Alceu Collares	26
Comportamento:	
Encontro de Mulheres Negras – Nilcéia Freire.....	32
Igualdade Racial – Luiz Flávio D’Urso e	
Zito Alvarenga.....	34
Consciência:	
Celebrando a Juventude- Lindiwe Zulu.....	36
Capa:	
No palco da Unipalmares	38
Especial:	
Um quilombo do século XXI – Carta Capital.....	46
Perfil:	
Mandela, a força do líder.....	48
Responsabilidade Social:	
Projeto Brasil alfabetizado.....	52
Mercado de Trabalho:	
Ministério Público combate a discriminação –	
Sandra Lia Simon	54
Saúde:	
A saúde e o Negro – Luiz Barradas Barata.....	58
Plural:	
Direito de resposta às religiões afro-brasileiras.....	61
Opinião:	
Rosenildo Gomes Ferreira	66
Troféu:	
Troféu Raça Negra 2005.....	68
Cultura:	
Agenda cultural	70
Educação:	
Respeito a Unipalmares – Tarso Genro	74
O item cor/raça – Eliezer Pacheco	78
Gente que faz- Gabriel Chalita	80
A cidade que educa se educa-	
José Aristodemo Pinotti.....	88
Universidade Zumbi:	
Billy Paul.....	91
Palavra do Presidente:	
José Vicente.....	92

Índice



Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, com periodicidade bimestral. Ano 2, Número 8 - Rua Marquês de Itu, nº 70 – 5º andar – Vila Buarque – São Paulo /SP - Brasil - CEP 01223-000 -Tels (55 -11) 3256.4562 - 3256.6545 - **Conselho Editorial:** José Vicente, Ruth Lopes, Raquel Lopes, Francisca Rodrigues, Cristina Jorge, Nanci Valadars de Carvalho, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Jarbas Vargas Nascimento, Humberto Adami, Felice Cardinali, Sônia Guimarães - **Direção Editorial e de Redação:** Jornalista Francisca Rodrigues (MTb. 14.845 - francisca@afrobras.org.br) - **Redação e Publicidade:** Maximagem Assessoria em Comunicação (mim@maximagemmidia.com.br) - Tel. (11) 3255-9351 - Jornalistas: Zulmira Felício (zulmira.felicio@globo.com - Mtb.11.316), Telma Regina Alves (telma@afrobras.org.br - Mtb. 14.943), Viviane Souza (Viviane@afrobras.org.br -Mtb. 40.744) Demetrius Trindade (demetrius@maximagemmidia.com.br -Mtb.30.177) - **Revisão:** Lilly Portella - **Fotografia:** J.C.Santos, Cíntia Sanchez e divulgação. **Colaborador:** Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br)

Editoração, CTP, Impressão e Acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
A revista Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras. A Editora não se responsabiliza pelos conteúdos emitidos nos artigos e matérias assinadas. A reprodução desta revista no todo ou em parte só será permitida com autorização expressa da Editora e com citação da fonte.

Um balanço positivo

Com esta edição da Afirmativa Plural, fechamos o primeiro semestre do ano. Assim, resolvemos fazer um balanço do que ocorreu nesse período, na Afrobras e, principalmente, na Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, “palco” de muitos acontecimentos.

Sendo a primeira e única universidade do Brasil e da América Latina que tem em seus bancos 82% de alunos afro-descendentes, a Unipalmares passou a ser um local de troca de experiências, de

18 de maio último e que transcrevemos 2 das 6 páginas nesta edição na matéria de capa. Pedro ficou praticamente uma semana convivendo com a “população” Zumbi e conseguiu captar muito bem o espírito do projeto. É com a “aprovação” de jornalistas e formadores de opinião que mudaremos a cara deste Brasil. Um exemplo de contribuição para o avanço da questão do negro e da Unipalmares é o trabalho da jornalista – Comendadora da Afrobras - Miriam Leitão, que ganhou

intercâmbio, para autoridades, personalidades, enfim, pessoas ilustres, brasileiras e estrangeiras, como se pode ver na capa e ler na matéria principal.

Antes de escrever este editorial, fiquei pensando no porquê dessa curiosidade, desse vai-e-vem e a conclusão – feliz – a que cheguei é: a Unipalmares é a cara do Brasil que todos gostaríamos de ver espelhada por esse país afora, um local onde se comprova a diversidade e como ela faz bem a todos que têm o privilégio de conviver com ela. “Um quilombo do século XXI”, como tão bem descreveu a reportagem especial do jornalista Pedro Alexandre Sanches, da revista Carta Capital, edição de

o *Maria Moors Cabot Prize*, o prêmio internacional mais antigo dado a jornalistas, desde 1938, pela Escola da Universidade de Columbia, EUA. Miriam ganhou, entre outros méritos, pela sua cobertura econômica comprometida com a questão social e dos negros no Brasil. A nossa capa, como vocês viram, procura retratar esse balanço positivo e como descreveu o jornal Folha de S.Paulo, em sua matéria do 04/06/2005, “UNIPALMARES UM PALCO ILUMINADO E ECLÉTICO”, mostra boa parte dos amigos da Zumbi.

Francisca Rodrigues
Editora

ditorial



conquista da excelência

Primeiro negro a ocupar o cargo de Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, o advogado Hédio Silva Júnior possui larga experiência na área de direitos

humanos e de defesa das minorias. Na prática, demonstrou com reconhecimento esse trabalho na coordenação da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, função que exerceu até maio deste ano. Formado pela Universidade São Judas e mestre e doutor em Direito pela PUC-SP, consultor da Unesco e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de professor de Processo Penal na Universidade Metodista de São Paulo, Silva Júnior publicou diversos livros

sobre a questão racial no Brasil, entre eles: “Anti-Racismo – Coletânea de Leis Brasileiras (Federais, Estaduais e Municipais)” e “Direito de Igualdade Racial: Aspectos Constitucionais, Civis e Penais”. “Sempre tive a nítida percepção de que era meu dever escrever sobre racismo, ações afirmativas, para tentar colaborar com a luta pela igualdade racial no Brasil. Observava que os colegas advogados, os juristas tinham dificuldade de lidar com o tema”.

O advogado foi pioneiro ao escrever a primeira tese no Direito sobre “Conteúdo Jurídico da Liberdade de Crença”.

Movido a conquistas, como define: “Venho de uma família paupérrima e esse é meu combustível”, Hédio Silva Júnior trabalha pelo coletivo: “não é

possível ao negro, individualmente, lograr o espaço do reconhecimento público”.

Na atual função, aspira reunir num fórum o conjunto dos diversos movimentos sociais para uma reflexão compartilhada dos vários protagonistas.

Afirmativa – À frente da Coordenação da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, de janeiro de 2004 a maio de 2005, quais os fatos mais relevantes que marcaram sua gestão?

Hédio Silva – Dentre todas as atividades, destaco a fiscalização do serviço de atendimento aos hospitais psiquiátricos, às instituições de internação. Trabalhamos em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia até porque existe uma exigência legal que regulamenta a saúde mental, determinando a proporção de número de funcionários compatível com o número de leitos e tempo de



Dr. Hédio Silva Jr.

internação. Também escrevemos na pauta dos Direitos Humanos a temática da intolerância religiosa e, representando a OAB - SP, acompanhamos como investigadores a produção de provas de casos como a morte de moradores de rua à prisão do jogador argentino, Leandro Desábato. Resgatamos um ponto de diálogo da Ordem com as organizações da sociedade civil (através do trabalho de visitação, de parcerias), retomando o papel de vanguarda e acompanhando de perto as mudanças pelas quais a Febem vem passando desde o segundo semestre de 2004.

Afirmativa – *Empossado em 16 de maio como secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, quais são as prioridades no novo cargo?*

Hédio Silva - Vamos intensificar o trabalho do meu antecessor que é a descentralização das unidades da Febem, a consolidação de um projeto pedagógico que separe a figura do Agente de Disciplina do Educador e a colaboração (em parceria) da sociedade civil. Pretendemos retomar a identidade institucional pública da Secretaria da Justiça, atualmente associada à Febem, devido a essa etapa de transição da Fundação. Entretanto, a Febem é apenas uma das entidades vinculadas à Secretaria. São elas: o Ipem – Instituto de Pesos e Medidas, a Fundação Procon, a Junta Comercial, o Imesc – Instituto de Medicina Social e de Criminologia, e o Itest, entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrárias e fundiárias. Em relação

ao Itest, vamos ampliar a atuação do Estado nas ações judiciais de modo a arrecadar um volume maior de terras para estender os assentamentos de trabalhadores e famílias rurais. Temos uma definição política do governador Geraldo Alckmin para regularizar e titular 44 comunidades de quilombos registradas no Estado. Na Fundação Procon, atuar na fiscalização de combustível adulterado e na legislação dos medicamentos fractionados para atender melhor o consumidor. Em relação ao Ipem, queremos aumentar a blitz na verificação de combustível adulterado.

Existe grande demanda para que o poder público agilize o processo de abertura de empresas por parte da Junta Comercial. Neste sentido, o Governo do Estado está investindo R\$ 10 milhões para informatizar ainda mais a Junta Comercial.

No Instituto de Medicina Social e de Criminologia a meta é reduzir a fila a zero no exame de DNA (para definição de paternidade), totalmente gratuito.

Afirmativa – *Defina quais foram os seus sentimentos quando do convite para assumir o atual cargo. Afinal, São Paulo não teve um negro no primeiro escalão da Secretaria de Estado desde a abertura democrática e, particularmente, como Secretário da Justiça nunca houve nenhum negro.*

Hédio Silva - Simplicidade e honra. Honra no sentido de ter a exata noção do privilégio como negro de assumir uma Secretaria de prestígio, de visibilidade, de lugar destacado na estrutura do Governo do Estado. E, ao mesmo tempo, a nítida e enorme

disposição para trabalhar em equipe, mantendo o pé no chão. Venho de uma família paupérrima e sou movido a desafios. Esse é mais um desafio como todos os outros na vida. Inicialmente, geram apreensão, mas depois de superar tantos outros (desafios), aprendemos que sempre é possível sobreviver.

Afirmativa – *Otimista quanto ao futuro da luta da contra o racismo no País, como o sr. vê o movimento negro no Brasil?*

Hédio Silva - Em qualquer sociedade onde há o preconceito e a discriminação não é possível ao negro, individualmente, lograr o espaço do reconhecimento público. Isso é uma construção coletiva das várias legiões de pessoas, de entidades e cada um contribuindo do seu modo para mudar o Brasil. O fato do governador Alckmin – que compreende a relevância da população negra e dela ser representada – convidar um homem que além de ser reconhecido pelos colegas como um advogado sério, mas também pelo fato de ser negro, é uma vitória. Uma vitória não individual, mas coletiva. Isso também é possível porque temos um momento que cresce no Brasil, cada vez mais respeitado, com lideranças. A Afrobras e a Universidade Zumbi dos Palmares são atestados.

Temos grandes desafios: disputar o voto popular e submeter às bandeiras do movimento negro ao crivo do voto; uma organização negra nacional forte para canalizar essa energia bonita e vibrante por meio das milhares de entidades deste País.

A Nestlé faz bem
aos brasileiros há 84 anos.
E todo dia tem
alguém comemorando.



Good Food. Good Life.

A Nestlé faz tudo para melhorar sua qualidade de vida e seu bem-estar. A gente nunca mediu esforços para dar a você produtos mais gostosos e mais saudáveis. Porque tudo o que a gente faz a gente faz bem-feito. www.nestle.com.br

everino Cavalcanti: "o exemplo da Unipalmares deve ser reproduzido em todo o Brasil"

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, é o mais novo comendador da Afrobras. Em solenidade realizada no último dia 16 de maio – em comemoração aos 117 anos da Abolição da Escravatura – o deputado e outras personalidades receberam, na sede da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, em São Paulo, a Medalha da Ordem do Mérito Cívico Afro-brasileiro. A iniciativa – criada pela Afrobras – tem como finalidade agraciar pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham contribuído direta ou indiretamente com os valores do respeito à diferença, tolerância e igualdade de oportunidades para a elevação moral, social e inserção sócio-econômica-cultural e educacional dos negros paulistas e

brasileiros.

No mesmo dia, foram homenageados na Zumbi dos Palmares a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcêia Freire; a Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal do Trabalho, Sandra Lia Simon; Valdemar Zweiter, ex-ministro do Superior Tribunal da Justiça; Hélio Silva Jr., novo Secretário da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; Mãe Nitinha, da Sociedade Nossa Senhora das Candeias; Mãe Beata de Iemanjá, da comunidade Ilé Omi Ojú Aro; a coronel da Polícia Militar Vitória de Sousa Lima e o deputado federal Reginaldo da Silva Germano, titular da Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania. Participaram do evento, entre outras personalidades: Gabriel Jorge Ferreira, presidente da CNI – Confederação Nacional das Instituições Financeiras; o embaixador do Ministério das Relações Exteriores em

São Paulo, Jadiel Ferreira

d e
Olivei-
ra; o vereador
Agnaldo Timóteo; o
empresário Geraldo Car-
doso Guittis, presidente da
Refrigerantes Convenção; o
cônsul-geral dos Estados Uni-
dos, Patrick Duddy; Sheila Villas
Boas, diretora-executiva da Academia
Brasileira de Belas Artes; Ga-
briel Mário Rodrigues, reitor da
Anhembi-Morumbi e o secre-
tário de Relações do Emprego
do Estado de São Paulo,
Francisco Prado, entre
outros.



Severino Cavalcanti; Presidente da Câmara dos Deputados

“É com muita honra que recebo a Medalha da Ordem do Mérito Cívico Afro-brasileiro, da Afrobras e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, instituição que dá a todo Brasil um admirável exemplo de luta pela cidadania e pela justiça social. Esta grande homenagem não é prestada a mim como pessoa, mas ao parlamento ao qual tenho orgulho

de pertencer”, disse o presidente da Câmara dos Deputados ao receber a homenagem. Segundo ele, o exemplo da Unipalmares deveria ser reproduzido em todo o País.

Também a procuradora-chefe do Ministério Público Fe-

deral do Trabalho, Sandra Lia Simon, disse que recebia a Medalha da Afrobras em nome do Ministério Público. “Recebo com muita honra, não em meu nome, mas em nome do Ministério Público que, na verdade, ao receber

esta Medalha reafirma uma das suas atribuições obrigatórias, que é trabalhar pela igualdade no que diz respeito a questões que envolvem o mundo do trabalho”, disse ela. Mãe Nitinha de Oxum recebeu a homenagem com “muito orgulho, muita alegria” e disse que a Universidade

da Cidadania é um orgulho para os brasileiros. “Uma organização como esta enaltece a todos nós. Espero que tenhamos mais universidades assim em todo o País”, reiterou.

Em seu discurso, diz o deputado Severino Cavalcanti: “Nós precisamos levar a Zumbi dos Palmares ao conhecimento da população, da sociedade. Uma organização como esta engrandece a todos nós e é de importância vital que nós tenhamos mais algumas universidades como esta em todos os cantos do Brasil”. Para ele, a iniciativa não poderia ter como patrono um brasileiro melhor do que Zumbi dos Palmares. “Zumbi escolheu como verdade indiscutível: sem educação não há liberdade. Esse extraordinário brasileiro não

minação e o preconceito não se justificam em nenhuma hipótese, e falou da importância que os negros tiveram na construção de nosso País. “Não seríamos o que somos sem os irmãos da África, que vieram para cá e construíram a Nação brasileira com a força de seus músculos e o poder de sua inteligência”. Em sua opinião, a imensa dívida do País para com os afro-descendentes não será resgatada com discursos nem com promessas, mas apenas com ações afirmativas e com atitudes concretas em favor da educação, da saúde, da justiça social e da cidadania plena.

Segundo o presidente da Câmara, tão vergonhosa quanto a escravidão da senzala, é a escravidão do analfabetismo, da pobreza, do desemprego e da exclusão social a que uma verdadeira legião de brasileiros continua condenada em pleno século XXI.

xemplo de luta

fez mais do que buscar cidadania a que todo ser humano

tem direito, independente da cor da pele, da crença religiosa ou da convicção política”, destacou.

Resgate da dívida

Dizendo-se igualmente discriminado, por ser nordestino, Severino Cavalcanti defendeu que a discri-

“Uma nova abolição da escravatura não será promovida por outra Lei Áurea, mas pelo esforço de toda a sociedade, pelo empenho de todos os cidadãos. Exemplo desta luta nos dá a Afrobras, entidade mantenedora da Unipalmares, que se orgulha, com toda a razão, em ser o primeiro estabelecimento universitário de inclusão do negro na América Latina”, completou.

13 de Maio



Sandra Lia Simon; Procuradora Chefe do Ministério Pùblico Federal do Trabalho, Gabriel Ferreira; Presidente da CNF e Mãe Nitinha



Julio Peña; Cônsul do Uruguai e Hubert Alqueres, Presidente da Imprensa Oficial de São Paulo



Secretário de Relações do Emprego de São Paulo Francisco Prado



Deputado Severino Cavalcanti e Coral Unipalmares



Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Nilcéia Freire



Severino Cavalcanti; José Vicente; Presidente da Afrobras e Professor da Unipalmares Mauri Ap. Oliveira



Valdemar Zveiter; ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça e
Humberto Adami; Advogado



Adalberto Camargo; Deputado, José Vicente; Presidente da Afrobras,
Deputados Severino Cavalcanti e Reginaldo Germano



Patrick Duddy; Cônsul Geral dos E.U.A, Vitória Lima; Coronel da PM e
Gabriel Rodrigues; reitor da Universidade Anhembi/Morumbi



Isaac Modiba Choshome, Cônsul Geral da África do Sul

R

eitor da Unipalmares discursa no Senado Federal



José Vicente, Reitor da Unipalmares

O reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), José Vicente esteve no último dia 13 de Maio, em Brasília, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a convite do presidente da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, Senador Paulo Paim. Na oportunidade José Vicente falou na tribuna sobre o tema “Questões Raciais” para diversos senadores e autoridades. Em seguida, José

Vicente usou a tribuna da Câmara Federal, a convite do deputado Reginaldo Germano, e no mesmo tema, falou para os Deputados Federais e demais personalidades.

Entre os diversos convidados à cerimônia em reflexão à data em que se comemora a Abolição da Escravatura, esteve presente o ex-senador Abdias Nascimento, que cobrou de todos, mais ação e menos comissão de trabalho. Na oportunidade o jogador Grafite, do São Paulo Futebol Clube, foi homenageado pelo Senado Federal.



Ex-Senador Abdias Nascimento e o jogador Grafite



Senador Paulo Paim



governo de São Paulo

cria sistema diferenciado
para afro-descendentes nas
ETEs e FATECs

Como forma de comemorar a data que marcou a abolição da escravidão no Brasil, o governador Geraldo Alckmin assinou, no último dia 13 de maio de 2005, um decreto que instituiu o Sistema de Pontuação Acrecida para Afro-descendentes nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo). No mesmo dia, o governador lançou ainda, em solenidade realizada no Palácio dos Bandeirantes, o Primeiro Programa Habitacional voltado às comunidades remanescentes de quilombos.

“O Brasil hoje tem, neste 13 de maio, um dia de reflexão e de balanço. E São Paulo também. Mas, acima de tudo, temos um dia de ações. De ações afirmativas, para fazermos inclusão e justiça”, disse o governador durante o evento. Segundo ele, a luta pela redução das desigualdades vem sendo uma bandeira no Estado que já contava com ações específicas para

a inclusão de afro-descendentes nas universidades públicas de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp). “A partir de agora, temos uma medida complementar que permite uma pontuação a mais para alunos afro-descendentes e aqueles oriundos de escolas públicas que queiram estudar nas Escolas Técnicas estaduais e nas Faculdades de Tecnologia”, acrescentou ele.

Medida beneficia maioria dos alunos

A partir do novo sistema, será garantido um acréscimo de pontos à nota final obtida nos exames seletivos para os candidatos que se declararem afro-descendentes ou que tenham estudado em escolas públicas. Atualmente, segundo dados da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento (SCTDET) do Estado de São Paulo, responsável pela administração do Centro Paula Souza – en-

tidade voltada para a educação tecnológica no ensino Médio e Superior – os afro-descendentes representam 14,78% dos alunos das ETEs. Nas Fatecs, o número é de 24,74%. Já os que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas, somam 67,25% nas escolas técnicas e 60,38% nas faculdades de tecnologia.

“A inclusão é um processo e não uma circunstância. O governo do Estado trabalha de forma permanente nesta busca, de maneira a permitir condições de igualdade e direito a todos nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação”, disse o secretário João Carlos de Souza Meirelles, da SCTDET. Segundo ele, o Centro Paula Souza administra hoje 108 Escolas Técnicas no Estado, que oferecem o ensino médio técnico a 89.666 alunos, e 17 Fatecs, com 15.255 estudantes de nível superior. Ainda para este ano, avisa Meirelles, estão previstas inaugurações



Governador de São Paulo Geraldo Alckmin, ladeado pelo vice-governador Cláudio Lembo (E) e pelo Secretário de Estado Chefe da Casa Civil Arnaldo Madeira

O governador Geraldo Alckmin anuncia ainda programa habitacional que beneficia remanescentes de comunidades quilombolas no Estado

das Fatecs nos municípios de São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto e Carapicuíba, além de uma outra unidade na Zona Sul de São Paulo.

Programa Habitacional

O Vale do Ribeira foi a primeira região escolhida para o desenvolvimento do Programa Habitacional voltado às comunidades remanescentes de quilombos. Segundo o governador Geraldo Alckmin, serão investidos R\$ 3,4 milhões para a construção das primeiras 145 unidades habitacionais pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em parceria com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e com os municípios de Iporanga e Eldorado.

“Hoje, o governo dá uma clara demonstração de que é possível melhorar a vida das pessoas a partir do desenvolvimento

de políticas públicas de maneira integral”, ressaltou a secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, Maria Helena Guimarães de Castro. Segundo ela, a construção de casas próprias vai resgatar o que é fundamental para os moradores de áreas onde existiam quilombos. “A casa própria vai permitir que as pessoas recuperem a sua identidade”, considerou.

Projeto Arquitetônico resgata Cultura

O Programa Habitacional visa promover o resgate dos valores históricos desta população. Segundo a secretária Maria Helena, para isto, os costumes e culturas dos moradores da região foram valorizados e respeitados nos projetos arquitetônicos e urbanísticos das obras. “As casas terão fogões à lenha e varandas. Contarão ainda com dois dormitórios,

sala, cozinha, banheiro e fossa séptica”. A concepção, explicou ela, foi desenvolvida após contatos com as comunidades beneficiadas e as unidades vão substituir as precárias casas de pau-a-pique em que vive a grande maioria dos quilombolas.

De acordo com a secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, também está prevista uma segunda fase deste Programa Habitacional, com a implantação de outras 558 moradias em 13 comunidades quilombolas localizadas nos municípios de Cananéia, Eldorado, Itapeva, Iporanga, Iguape, Salto de Pirapora e Ubatuba. Além destas ações, o governador do Estado concedeu um benefício de R\$ 60,00 por mês às 145 famílias contempladas na primeira fase do Programa Habitacional, dentro do Renda Cidadã, iniciativa que, em todo o Estado, atende a mais de 67 mil famílias.

m

novo pacto abolicionista

Por: Oded Grajew, Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Quando a Lei Áurea foi proclamada, em maio de 1888, o que se fez na verdade foi reconhecer um fato consumado: o movimento abolicionista havia cercado a senzala e subtraíra de forma irreversível a legitimidade da produção baseada no trabalho escravo. Num país de urbanização incipiente, mas fermentada por ideais republicanos em expansão, não havia mais espaço para concepções seletivas de humanidade.

No Brasil, por incrível que pareça, até hoje há variadas formas e práticas de trabalho escravo. O conceito de trabalho escravo adotado pela OIT é o seguinte: toda forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro.

O que diferencia um conceito do outro é a liberdade. Quando falamos de trabalho escravo, falamos de um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores. Essa falta de liberdade se dá por meio de quatro fatores:

apreensão de documentos, presença de guardas armados e “gatos” de comportamento ameaçador, dívidas ilegalmente impostas ou em razão das características geográficas do local, que impedem a fuga.

Entre 1995 e 2003 foram libertados 10.776 trabalhadores escravos, e nos anos 2003 e 2004, 7.169 trabalhadores ganharam a liberdade. Estima-se que ainda existam entre 25 mil e 40 mil escravos no território nacional.

A partir de novembro de 2003 começou a ser publicada pelo governo brasileiro a “lista suja”, contendo o nome

de empresas que se utilizavam de trabalho escravo e que, a partir de então, estavam proibidas de receber recursos governamentais. Essa lista está disponível no site www.tem.gov.br/Noticias/download/ListaEscravo.pdf e contém atualmente 163 empresas.

Um mapeamento minucioso da cadeia de produção dessas empresas foi providenciado pelo Instituto Ethos, mais a OIT e a ONG Repórter Brasil. Graças a esse rastreamento foi possível identificar o caminho dos produtos que são contaminados pelo trabalho escravo. As empresas e setores que são a ponta final dessas cadeias de produção foram contatadas e, ao tomarem conhecimento da pesquisa, dispuseram-se imediatamente a participar do pacto pela erradicação do trabalho escravo no Brasil. Participam dessa iniciativa empresas nacionais e multinacionais de áreas diversas, como o setor de super-



Oded Grajew, Presidente do Instituto Ethos

mercados, combustíveis, alimentos, têxtil, açúcar e álcool, siderúrgico e financeiro, entre outros. O novo pacto será lançado hoje, em Brasília, na Procuradoria Geral da República, e anunciado para novas adesões na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por esse pacto, as empresas e entidades se comprometem a eliminar de sua lista de fornecedores e de sua cadeia de produção as empresas que estejam na “lista suja” do trabalho escravo. Os bancos se comprometem a não disponibilizar recursos para essas empresas.

Os signatários do pacto se comprometem também a agir na cadeia produ-

tiva, procurando regularizar e formalizar as relações de emprego, cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias e empreender ações preventivas referentes à saúde e à segurança dos trabalhadores. As ações serão monitoradas e seus resultados serão tornados públicos. A experiência será sistematizada e divulgada de forma a promover a multiplicação de ações que possam contribuir para o fim de práticas escravagistas e, ao mesmo tempo, reduzir todas as formas de trabalho degradante no Brasil e em outros países.

Anualmente haverá uma avaliação pública dos resultados da implementação

das políticas e ações previstas no pacto. Em agosto de 2004, siderúrgicas do Pará e Maranhão, articuladas pelo Instituto Ethos, assinaram um compromisso de combate ao trabalho escravo em sua cadeia produtiva, especialmente na produção de carvão vegetal. Entre as medidas implementadas estão o monitoramento das carvoarias, a definição das metas para regularizar as relações de trabalho e a imposição de restrições comerciais a empresas que utilizam mão-de-obra escrava. Os resultados até agora alcançados demonstram que esse tipo de concertação resulta em melhorias consideráveis nas condições de trabalho ao longo de toda a cadeia produtiva e deixam vislumbrar o imenso resultado positivo que pode ser alcançado pelo grande pacto nacional.

A partir de agora, as empresas que utilizarem trabalho escravo sabem que terão cortadas todas as linhas de financiamento e do escoamento de seus produtos. Isso significa, na prática, a total inviabilidade de qualquer empreendimento no Brasil que esteja utilizando o trabalho escravo. O novo pacto abolicionista permitirá que as empresas exerçam sua influência nuclear na economia estimulando cadeias e parcerias a promoverem a justiça social diretamente no processo produtivo, e não depois dele, como medida compensatória.

Ao adotar a responsabilidade social na sua gestão, as empresas contribuem de forma concreta e impactante para um Brasil mais justo e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nestlé Brasil investe nas ações de 13 de Maio



Biblioteca Carolina Maria de Jesus

Dentro das solenidades ocorridas em função de 13 de Maio – Abolição da Escravatura no Brasil-, foi inaugurada a Biblioteca Carolina Maria de Jesus, dentro do Museu Afro Brasil - criado com o objetivo de recuperar, preservar, valorizar e divulgar o universo histórico-cultural do negro brasileiro e localizado no Parque Ibirapuera (SP).

Com o patrocínio da Nestlé Brasil que investiu na Biblioteca e na Loja R\$ 300 mil, a Biblioteca carrega o nome da renomada escritora brasileira cuja obra mais conhecida - "Quarto de Despejo" - está completando 50 anos de existência.

Estiveram presentes ao evento diversas autoridades, entre elas a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o prefeito da cidade de São Paulo, José Serra, o Secre-

tário Municipal de Cultura, Carlos Machado Calil; o Secretário Municipal de Educação, José Aristodemo Pinotti, além dos representantes da Nestlé, Carlos R. Faccina, diretor de Corporate Affairs, Francisco C. Garcia, gerente-executivo de Assuntos Corporativos e Isabel Ferraz, da Coordenação de projetos Corporativos. O evento também contou com a participação de consagrados artistas como Zéze Motta, Ruth de Souza e Paulinho da Viola.

Na ocasião, Faccina afirmou em seu discurso: “Nossa presença nesta iniciativa reflete a postura de uma empresa que opera em muitos países e em muitas culturas em todo o mundo. Estamos muito honrados em poder viabilizar a construção da Biblioteca Carolina Maria de Jesus. Uma justa homenagem e um resgate valoroso a esta escritora que com sua obra de denúncia social, alcançou um sucesso impressionante. Que sua voz e a de tantos que representou sejam perpetuadas aqui”.

A Nestlé investiu R\$ 80 mil em todas as ações de celebração da Abolição da Escravatura promovidas pelo Museu Afro Brasil. Este apoio possibilitou diversos trabalhos, a saber: performance teatral do ator Wilson Rabelo; uma exposição com manuscritos, fotos e documentos antigos; o curta-metragem “Carolina”, do diretor Jéferson De; e as apresentações da Cia. Masculina de Dança, do Coral Cantafro e do percussionista Naná Vasconcelos.

No dia 13 de maio aconteceu a vernissage da exposição fotográfica “O



Biblioteca Carolina Maria de Jesus

Tigre de Dohomey, a Serpente de Whhydad”, de Mario Cravo Neto, também patrocinada pela Nestlé Brasil e montada no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, no Parque Ibi-

rapuera. Nela, o artista baiano exibiu 43 trabalhos recentes, de 2004, que abordam o universo religioso de inspiração africana.



Cia. Masculina de Dança

gualdade à flor da pele

Por: José Serra, Prefeito de São Paulo

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas legendas, seus encantamentos; insufiou-lhe sua alma infantil, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte.

Joaquim Nabuco

Coube a Caetano Veloso atualizar o epíteto com que Ezra Pound brindou os poetas – são as “antenas da raça” – quando, no CD “Noites do Norte”, emprestou sua melodia a esse trecho do livro “Minha Formação”, do grande Pernambuco Joaquim Nabuco. O compositor, ele mesmo uma das antenas da raça brasileira, notou o que havia de revelador e terrível no

parágrafo de Nabuco. Um trecho retirado de seu contexto para, depois de relido, ser devolvido a seu nicho original com sentido tão desvelado como revelado.

Vale a pena atentar para a atmosfera a um só tempo soturna e álacre que Nabuco emprestou à escravidão em “nossas vastas solidões”. Há ali uma atmosfera que não renega a sujeição e a violência, mas também se vê pintando o abrigo quase caloroso que nossa cultura imprimiu à escravidão. Gilberto Freyre, outro pernambuco que ajudou a entender o Brasil, soube caracterizar com cores muito vivas, inclusive as do sangue negro, logo nas primeiras páginas de “Casa Grande e Senzala”, a triste naturalidade com que a servidão foi se imiscuindo não apenas em nossa formação mas também em nosso caráter.

Falo das sementes que foram plantadas de uma forma particularmente perversa de discriminação, que é o

racismo cordial. O étimo da palavra “cordial” é “coração” – o órgão ao qual os antigos atribuíam a morada dos sentimentos. O “racismo cordial” ousa ser doce em seu preconceito, finge tolerância em sua violência, afeta grandeza em sua mesquinharia discriminatória. E, ao fazê-lo, cassa do oprimido o direito à reação, impondo-lhe obsequioso silêncio.

Esse mascaramento resultou em realidades curiosas. Quantos dos leitores sabem, por exemplo, que a infelizmente muito maltratada avenida Rebouças, em São Paulo, presta homenagem à memória de um negro, Antônio Pereira Rebouças Filho, engenheiro com especialização na Europa que, de volta ao Brasil, teve atuação fundamental no desenvolvimento das nossas ferrovias? Um seu irmão, André, também engenheiro, batiza o conhecido túnel do Rio.

Vejam que país curioso este: não nos negamos a reconhecer nossos

negros, desde que lhes omitamos a cor da pele!

O mesmo se fez com Teodoro Sampaio, homenageado em rua paralela à outra. Também negro, ele teve a cor escondida entre as suas muitas qualidades: engenheiro como os outros, geógrafo responsável pelo primeiro mapeamento geodésico do país, militante incansável em favor do saneamento básico e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Negros ou descendentes eram Machado de Assis, promontório das letras pátrias; Gonçalves Dias, um formador de nossa literatura; Lima Barreto, crítico dos descaminhos da República; Cruz e Souza, poeta acima de seus pares; José do Patrocínio, jornalista ímpar e militante abolicionista; e, claro, zumbi dos Palmares, em quem o anseio de liberdade atravessou os limites da dor. Exceção feita este último, exaltam-se as qualidades de brasileiros tão notáveis omitindo-se a sua condição: eram negros. Sopra a voz da má consciência: “Eram bons como qualquer branco!”

O país não precisa de cartilhas de linguagem, mas de políticas públicas consequentes. O princípio da igualdade entre os homens, presente em nossa Constituição, requer precondições para ser realidade vivida. Negros ganham salários inferiores aos de brancos para exercer as mesma funções, e o perfil racial da universidade está distante do da sociedade, desproporção também existente no



José Serra - Prefeito de São Paulo/PSDB

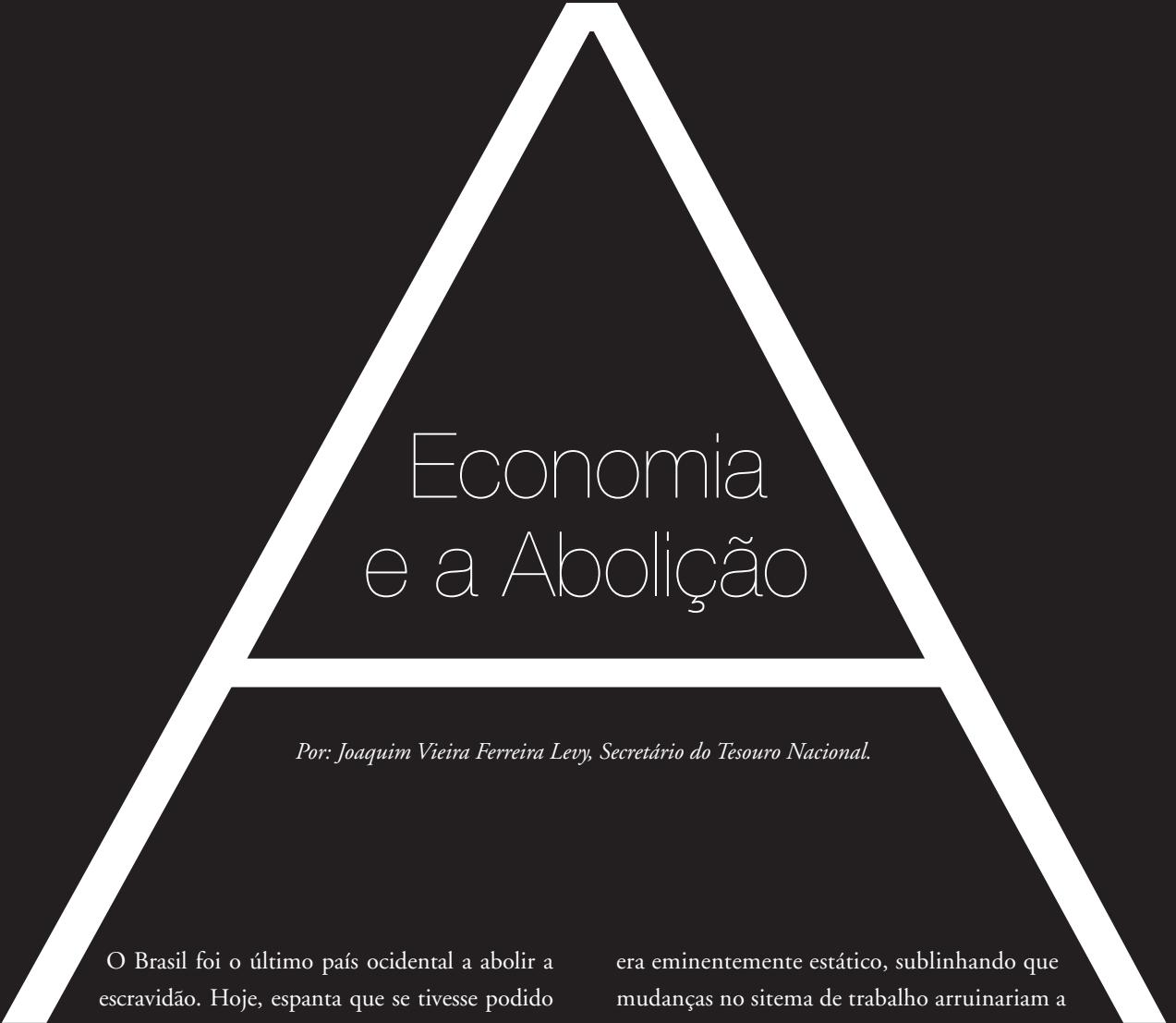
serviço público. A reparação racial, por mais que esteja garantida por leis passadas e venha a ser garantida por legislação futura, terá de ser, não obstante, construída.

Se é verdade – e é – que este país discrimina mesmo é o pobre, então forçoso é reconhecer que os negros são objeto de uma dupla discriminação. Chegará o dia em que a omissão da cor da pele de uma personalidade não mais será uma maneira de a

embranquecer. Até lá, precisamos, nós todos, brancos e negros, à moda dos Rebouças, ser engenheiros, mas de uma particular engenharia social, que deixe como obra construída a igualdade de fato.

Esperemos que, em futuro nem tão distante, do grande Nabuco ressoe e reste límpida apenas a grandeza de sua prosa, já livre da triste realidade que ela antevê e relata.

*Folha de S. Paulo / 13/05/2005



Economia e a Abolição

Por: Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário do Tesouro Nacional.

O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão. Hoje, espanta que se tivesse podido conviver por tanto tempo com uma instituição tão indigna e arcaica. Claro, havia quem não achasse aquilo natural. Muitos escravos fugiam ou mesmo escondiam a morte. Vários heróis, como os celebrados jangadeiros do Ceará, ajudaram aqueles escravos. Na capital, os que elegeram as camélias como símbolo da resistência davam publicidade ao abolicionismo.

O debate econômico da época, focado no mais das vezes nas discussões de assuntos como o padrão-ouro e outras atualidades, pouco contribuiu para a Abolição. Certamente havia propostas, como a de importar trabalhadores chineses, que carregava a indisfarçável jaça de tentar replicar o esquema servil. Houve também tentativas de proselitismo a favor da valorização do trabalho, das artes (técnicas) e da indústria. Mas o discurso predominante

era eminentemente estático, sublinhando que mudanças no sistema de trabalho arruinariam a lavoura, base da economia. Hoje isso não surpreende, porque, apesar do culto ostensivo ao liberalismo inglês, o viés intervencionista e patrimonialista foi uma marca do Império.

A interferência do Estado (mesmo que para distribuir privilégios privados) e o desestímulo à livre iniciativa, da mesma forma que sustentavam a escravidão, empurravam para o fracasso os poucos empresários que surgiam, como Teófilo Otoni. Hoje Mauá é beatificado, mas na época era diferente. É verdade que talvez muitos o considerassem apenas alguém que começou lucrando ao cuidar corretamente dos negócios de um grande comerciante estrangeiro, tendo consolidado sua fortuna por meio de esquemas financeiros (às vezes “off shore”) para controlar concessões de serviços públicos que a revolução tecnológica tornava extremamente lucra-

tivas. Ainda assim, deve-se imaginar a mensagem que a ação de descrédito contra Mauá movida na praça de Londres terá passado a potencias empreendedores do Brasil. Ela não divergia daquela propagada por práticas como sujeitar a abertura de pequenos bancos regionais ou simples empresas de capital aberto na província a um complicado, longo, discricionário e imprevisível processo na corte, ao contrário do que ocorria nos EUA ou na Inglaterra.

A dependência da iniciativa econômica em relação ao Estado também é ilustrada pela menção que se encontra no livro “Formação Econômica do Brasil”, do professor Celso Furtado, à lei de 1875 que autorizou o governo imperial a dar garantia de juros a capitais estrangeiros investidos na indústria açucareira até o montante de 3 milhões de libras. Provavelmente quem se beneficiou da garantia do Estado virou usina, quem não pôde virou fogo morto. Por outro lado, a ação governamental no tocante à solução do problema da escravidão foi geralmente dilatória. Leis como a do Ventre Livre e dos Sexagenários não “libertavam” os mais fracos nem necessariamente facilitavam a eliminação ordenada da escravidão. Sintomaticamente, a resolução formal do problema da escravidão se deu por uma lei declaratória, que não lidava com as consequências do ato.



Joaquim Vieira Ferreira Levy

Ainda que nada compense o sofrimento humano associado à escravidão, talvez se possa extrair algo da experiência no Brasil, na medida em ela permite levantar a hipótese de que a solução de problemas estruturais profundos – cujas manifestações causem pasmo e escândalo e cuja alteração carregue o espectro de criar graves riscos para a economia – passa, às vezes, mais por trabalhar nas causas do problema do que por atacar suas manifestações mais evidentes.

O fim da escravidão no Brasil, segundo alguns estudiosos, deveu-se menos à extinção do tráfico do que a mudanças globais de natureza econômica e tecnológica. Para vários deles, a unificação da Itália nos anos 70 e

a revolução nos transportes, com seu impacto na oferta de trabalho e no comércio mundial, estariam entre aquelas forças maiores, mesmo que estes fatores não tenham sido aproveitados de maneira sistemática como estímulo à transformação da economia até o final dos anos 1880 e, depois, a fim de proporcionar recursos para estabelecer mecanismos de integração da população liberta.

Apesar da sua possível falta de rigor, a hipótese da prioridade às causas e não às manifestações pode ser compatível com uma ênfase em reformas microeconômicas que favoreçam o empreendedorismo, o fomento à concorrência interna que dê mais oportunidades a entrantes e a priorização do gasto público como mecanismos de correção de desequilíbrios expressos em singularidades econômicas que tendem a frear o crescimento.

A eficácia desse caminho, obviamente depende da compreensão da situação subjacente e da disposição de lidar com ela. Sem dúvida, a rapidez de eventuais soluções depende ainda de outros fatores. Mesmo assim, evitar um certo voluntarismo não precisa significar complacência ou apoio à distorção, mas a compreensão de que ela manifesta arranjos complexos da sociedade que precisam ser alterados com serenidade e firmeza para que se garanta o sucesso da empreitada de acelerar o crescimento, melhorar as condições de vida e a distribuição de renda.

negro ainda é discriminado no Brasil

*Por: Alceu Collares - Deputado Federal
PDT/RS, Ex-prefeito de Porto Alegre
e ex-governador do RS*

A escravidão é um dos mais terríveis males da humanidade. Só as vítimas dessa selvageria conhecem a imensidão do horror a que foram submetidos. Durante 350 anos, o negro sofreu uma dolorosa forma de exploração em nosso país. Alemães, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, chineses- vieram para cá com as famílias, por livre e espontânea vontade, e receberam estímulos como terra e dinheiro para ajudar a fazer a grandeza desta nação. Os negros, não. Nossos antepassados

foram trazidos para cá à força, arrancados de suas casas e jogados em navios imundos. Tiveram suas famílias desconstituídas. Muitos morreram na travessia. Outros foram vendidos como animais. As mulheres foram estupradas. Fomos obrigados a viver debaixo do chicote, da violência do pelourinho. Só nós carregamos esse

horror no fundo de nossa alma coletiva.

Nosso braço construiu o Brasil durante três séculos e meio, quando para o branco, o trabalho era considerado uma atividade vergonhosa.

Depois da abolição, fomos jogados nas estradas, sem nada. O negro foi libertado da escravidão, mas continuou recebendo um tratamento discriminatório.

As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, depois de

mais de 100 anos do fim da escravidão, a desigualdade racial no mercado de trabalho continua. Um trabalhador negro ganha a metade de um branco. No caso da mulher negra, salário é menor ainda. As diferenças entre negros e brancos vão ficando ainda mais agudas quando se compara o perfil da ocupação entre os dois grupos populacionais. A presença de negros é muito maior em ocupações que exigem menos qualificação e têm salários mais baixos.

Há um histórico de desvantagens acumuladas pelos negros. Quantos chegam à universidade? Quantos ocupam postos de comando das Forças Armadas? Quantos são reitores? Quantos chegam ao cargo de embaixador? Será que existe um grande empresário negro?

A desigualdade racial é um círculo vicioso que se perpetua ao longo de gerações. Desde o período da escravidão, a situação de pobreza é maior entre os negros. O perfil da desigualdade persiste de maneira contínua. É preciso romper esse círculo. Dar oportunidades iguais, eliminar a o preconceito e o racismo.

O Brasil tem uma dívida social com os afro-brasileiros. É urgente colocar em prática os direitos fundamentais do negro e da negra brasileira. Não dá para esperar mais um século. Temos de concretizar as ações afirmativas e as cotas. A consciência negra brasileira está sendo construída com muita intolerância, discriminação e dificuldade.

Não lutamos contra outras etnias, mas tão somente em defesa dos di-



Alceu Collares Deputado Federal PDT/RS

reitos fundamentais do ser humano. Queremos ocupar nosso lugar. Daí, a justificação das cotas para a universidade e para o emprego.

O negro está conquistando seus direitos de maneira vagarosa. Muitas vezes me dizem:

– Collares, o senhor foi prefeito em Porto Alegre, foi eleito governador num Estado que tem um percentual de racismo muito forte.

Eu respondo:

– Não quero ser exceção. Quero a ser a regra para que todos os segmentos tenham as mesmas oportunidades. Estou nessa batalha porque sou filho de negra com branco e índio. Carrego em meu sangue todas as et-

nias, mas sou negro assumido. Tenho a certeza que nosso país, ainda vai resgatar a grande dívida social.

Temos de levantar a cabeça e despertar a negritude na alma dos negros para que não sejam alienados.

Temos que nos indignar com o tratamento que dão para nossa raça.

Muitos são contra as cotas. Considero que elas não representam a salvação, mas são o pagamento de uma dívida social.

Nós vamos cobrar essa dívida, porque foram os nossos antepassados, nossos bisavós, nossos avós, nossos pais que deram sangue, suor e lágrimas para construir o Brasil.



“O maior desemprego do Brasil começa na manhã do dia 14 de maio de 1888. Eu fiz a projeção, isso representaria entre 9 a 8 milhões de pessoas desempregadas de uma só vez. Hoje, o Brasil é, em larga medida, o que fez ou não fez em 14 de maio de 1888 – o dia mais longo da nossa história. Por isso, quando se fala em políticas de cotas, diz-se que elas vão beneficiar os negros, mas isso é uma meia verdade. No fundo, é o País como um todo que se fortalece com um movimento que eu chamo de integrar, que é exatamente o que o Brasil ainda não teve.” A análise é do Professor

Hélio Santos, mestre em Finanças e doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP), para quem o negro não é problema para o país, mas sim a solução definitiva. “Quando você pega os indicadores da ONU ou do Banco Mundial, que nos puxa para baixo, você vai ficar exatamente na participação baixa da população na economia e no mercado de trabalho. Então, nós não somos o problema, nós somos parte da solução, ou seja, a inclusão do negro é a solução”, afirma o professor. Em entrevista ao Programa Negros em Foco da Afrobras, transmitido pela

TV RBI, canal 14 UHF (São Paulo) e Brasília, Hélio Santos falou sobre o negro no Brasil.

Negros em Foco: O sr. fala que o negro é a solução. O sr. quer dizer que o governo deveria fazer ou promover ações afirmativas para que o país realmente se desenvolva?

Hélio Santos: É isso mesmo, mas não só o governo, a sociedade como um todo; o governo também. As políticas de ações positivas que no Brasil são autorizadas como as cotas, na realidade são políticas que dizem reparar tudo isso. Todos os técnicos que vieram para o Brasil, de alguma forma receberam compensações, incentivos.

Negros em Foco: Como fazer o governo e a sociedade entenderem isso e começar a agir, não só com cotas?

Hélio Santos: Há um consenso, que é o da invisibilidade. Nós todos, economistas e pessoas das áreas técnicas, fomos criticar o consenso de Washington, que seria um consenso do não liberalismo. No Brasil, a questão racial não é importante e não é tema para antropólogos, sociólogos, economistas colocarem em termos de políticas, é o consenso do nada a fazer. Hoje, já se assume que os negros têm dificuldades em todos os setores da sociedade, eles sofrem e não têm que fazer nada. O falecido economista Celso Furtado, brilhante, escreve o seguinte: “eu não sei por que o nosso desenvolvimento foi tão injusto, por que tantas pessoas ficaram fora”. Se o nosso supereconomista pegar duas cidades - uma é Florianópolis, capital de Santa Catarina, e observasse a distribuição de renda, e pegasse

O maior desemprego do Brasil começou em 14 de maio de 1888

outra capital importante – Salvador- ele ia aprender. O que acontece em Santa Catarina – Florianópolis é que o 1% mais rico da população –, fica com 10% de toda a renda, e os 50% mais pobres ficam com 20% de toda a renda. Em Salvador, o 1% mais rico fica com mais da metade de toda renda. E aí a gente pergunta: por que isso acontece? Em Salvador, 82% da população são de negros e 18% brancos; em Santa Catarina é o contrário: você tem 92% de brancos e 8% de negros. O que Celso Furtado, muito inteligente, não percebeu, foi que a presença do negro impede a distribuição de renda. A partir daí, provavelmente ele teria trabalhado desta forma. Quando um homem da capacidade de Celso Furtado não conseguiu ver, imagine os outros menos dotados. Portanto, a primeira coisa que tem que fazer é quebrar a invisibilidade, e uma destas formas nós estamos fazendo, a Afrobras está fazendo com o programa Negros em Foco, esta é a primeira missão.

Negros em Foco: *E a questão do mercado de trabalho?*

Hélio Santos: Em um tempo médio nós vamos ter todos os negros e ne-



Professor Hélio Santos

gras com diplomas, mas desempregados ou subempregados. O mercado de trabalho é outro espaço importante e temos de pensar também em outras políticas. Nós, além das políticas específicas, vamos ter que pensar em políticas mais amplas, por que também temos um problema habitacional. Foi no Rio de Janeiro que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea. Ali, nós tínhamos a metade da população que era escravizada. Hoje, as pessoas reclamam da violência do Rio (e eu

sinto muito). Violento o Rio sempre foi. A diferença é que hoje a violência é difusa, atende a todos. Agora, a violência lá nos espanta, as pessoas desde o 14 de maio subiram os morros e lá estão até esse momento, ou seja, não houve uma política habitacional que pudesse, digamos assim, albergar aquelas 700 mil pessoas que foram libertadas no dia 13 de maio.

Negros em Foco: Sempre falam que a questão não é ser negro, que se trata de uma questão social e não racial.

Hélio Santos: Dez entre cada 10 analistas políticos dizem que o problema do

negro não é um problema racial e sim social, basta ter dinheiro. Isto é uma mentira científica, vou até de maneira provocadora dizer: é o contrário. Na medida em que o negro ascende socialmente, os problemas dele começam. Se todos ficassem num buraco, se todos aceitassem o que a sociedade reservou para nós, definitivamente não haveria problemas. Isto é falso. Há uma outra discussão que cabe também: será que nós não deveríamos combater a pobreza e não a questão racial? Vamos cuidar dos pobres, porque a questão está aí. Vamos imaginar um branco

bem pobre, verdadeiramente pobre. Ele merece o nosso apoio, nossa consideração. O que esse branco jamais poderá dizer para o Negros em Foco, eu sou branco assim, quem me fez pobre assim foi a minha brancura, ou melhor, a minha loirisé é que me tornou tão pobre. Ele pode alegar até o motivo de falta de oportunidade: meu bisavô fez fortuna, meu avô jogou fora, meu pai morreu cedo... Esse branco não tem sorte, porém o que ele jamais poderá dizer é o seguinte: olha, os meus ancestrais foram escravizados e eu tenho estigma racial, e quando eu chego no shopping as pessoas começam a me seguir. Portanto, há uma diferença definitiva do branco. Se dois pobres, um branco e um negro, amigos, forem procurar um emprego no shopping, os dois tendo as mesmas qualificações e morando na mesma favela, o negro volta sem o emprego. Eu não aceito esse argumento de que o problema no Brasil é social – ele é racial.

Negros em Foco: Hoje, os afro-brasileiros vão ter mais facilidade de entrar em uma universidade. Como vai ficar o mercado de trabalho daqui a 4 anos? Não é hora de pensar em alguma coisa agora para tentar não piorar esse problema?

Hélio Santos: Eu concordo, na verdade nós deveríamos definir políticas e legislação. No fundo, o que nós queremos falar é para as empresas abrirem as portas para os negros e aproveitarem os talentos. Repare que os poucos espaços em que a população negra pode entrar, ela demonstra o seu talento. Dou exemplo que todo brasileiro conhece, que é o futebol.

O Brasil já foi campeão do mundo 5 vezes e vice-campeão duas vezes. As pessoas imaginam que para jogar futebol não precisa de inteligência, nenhum educador diz isso. Para jogar bola você precisa de senso de antecipação, velocidade, criatividade, características próprias de uma pessoa inteligente. Repare que essa é uma área que o negro tem atuação. Nós derrotamos dinamarqueses, franceses, alemães, homens que são desde cedo preparados, alimentados com auto-estima e os derrotamos. Na música, a música brasileira, definitivamente, é muito bem recebida no mundo inteiro. Ela também é uma área que o negro atua. A empresa brasileira deve se predispor exatamente a aproveitar esses talentos.

Negros em Foco: O sr. fala em inteligência...

Hélio Santos: A inteligência não é só a matemática e a lingüística, que é aquela exigida no vestibular, isso é um tipo de inteligência que você, treinando, até desenvolve. De todas as inteligências, a mais sofisticada é a musical, portanto, imaginar que um arranjador não é muito inteligente... Ora, quem consegue compor música e jogar futebol, consegue ser engenheiro, arquiteto, jornalista, médico. O Brasil perde talento e quando os economistas conseguirem calcular o custo de oportunidade que o Brasil paga por perder tanto talento, teremos uma comoção. A Europa, para aproveitar a diversidade humana se fechou. Ninguém aqui pode confundir um alemão com um espanhol, mas os

dois são europeus e brancos. A Europa fez um esforço imenso depois da guerra; o Brasil sem ter feito esse esforço já é diferente, nós recebemos italianos, espanhóis, portugueses, russos, poloneses, alemães, 1300 etnias indígenas estavam aqui e dezenas de grupos africanos vieram para o Brasil, nós estamos numa diversidade específica, só que é dá boca para fora. Se essa diversidade for absorvida no sentido de colocar o país para a frente, definitivamente, nós vamos construir aqui nos trópicos um país muito especial.

“O Brasil perde talento e quando os economistas conseguirem calcular o custo de oportunidade que o Brasil paga por perder tanto talento, teremos uma comoção”

Negros em Foco: A preocupação é que daqui a 4 anos todos esses recém-formados estarão no mercado. Vamos ficar mais cem anos esperando, em empregos subalternos, sendo subaproveitados?

Hélio Santos: Eu sempre defendi que as políticas de ações afirmativas, as chamadas políticas de cotas, não fossem além de 20 ou 25 anos, ou seja, esse seria o tempo que, na minha avaliação, os dois Brasil fossem um só e essa distância estaria reduzida em níveis satisfatórios. No que diz respeito ao mercado de trabalho, eu poderia dizer que é para ontem. Essas políticas de ações afirmativas no mercado de trabalho constituem o próximo passo. Isso não significa que nós já colocamos

na universidade todo o potencial; eu acredito que ocorrerá nos próximos 10 anos. No que diz respeito ao mercado de trabalho, temos de começar já.

Negros em Foco: Com cotas nas empresas?

Hélio Santos: Sem dúvida, eu chamo de diversidade, mas é importante que todos saibam por que nós nos referimos às cotas. Cota é um percentual 20%, 10%, na verdade são políticas compensatórias. Eu poderia dizer o seguinte, que essas políticas vão beneficiar as empresas, pois aquelas que a médio prazo não aproveitarem o talento negro, perderão. Por outro lado, você constrói o mercado interno, que é exatamente aquele que o Brasil necessita, pois temos um terço da população fora, e isso representa aproximadamente 700 milhões de pessoas, quase uma Argentina e meia, e a esmagadora maioria dessa população que está abaixo da linha da pobreza é negra. Então, teremos de começar a adotar essas políticas exatamente agora.

"Eu sempre defendi que as políticas de ações afirmativas, as chamadas políticas de cotas, não fossem além de 20 ou 25 anos, ou seja, esse seria o tempo que, na minha avaliação, os dois Brasil fossem um só e essa distância estará reduzida em níveis satisfatórios"

Negros em Foco: Uma pesquisa com as 500 maiores empresas feita pelo Ethos indicou que não tinha negros nessas em-



Alunos do projeto Itaú/Unipalmares no primeiro dia de trabalho no banco

presas e seus representantes falavam que não sabiam como encontrar negros...

Hélio Santos: É o consenso da invisibilidade dizer que não encontra negros no Brasil quando somos 45% da população. Essa pesquisa é uma divisor de águas e mostra onde deveríamos estar. Nessas empresas não há gerentes negros, em qualquer nível, nem mesmo executivos e até colaboradores; representamos lá 20% dos trabalhadores como um todo. Imagine, somos 45% da população e nestas empresas, que são as melhores, que remuneram melhor, representamos apenas 20% da massa dos trabalhadores. As empresas já não usam esse argumento de não encontrar negros e várias já estão adotando políticas de diversidade, estão investindo, e eu sou otimista. Agora, esse avanço vai depender da nossa capacidade de expressão. No campo da cidadania não há brinde: ou você conquista, ou você não tem.

Negros em Foco: A maioria dessas empresas é norte-americana e lá, em

seu país de origem, tem um forte trabalho de inclusão. Aqui elas ficam quietas, não conseguem implementar essas políticas de diversidade...

Hélio Santos: O problema está com os dirigentes brasileiros. Todas as multinacionais adotam políticas de diversidade em seus países; nessas empresas vamos encontrar, inclusive, diretores mulheres na maioria delas. No Brasil, você não encontra mulheres negras nessas empresas nem servindo café, porque são empregos disputados, as empresas têm política salarial direta importante. Os brasileiros vão ao exterior, são treinados lá e encontram chefes negros e voltam aqui ao Brasil e não mudam. Esses brasileiros vêm filmes de Hollywood, vêm negros fazendo papéis de destaque, saem do cinema e esquecem, esses brasileiros vão ao exterior, freqüentam shoppings, em outros lugares encontram negros servindo, chegam aqui e esquecem. Então, a invisibilidade que eu falei é uma realidade.

UNIPALMARES PROMOVE ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS COM A MINISTRA NILCÉIA FREIRE

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres vai iniciar um trabalho conjunto com a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares). A decisão foi tomada durante o primeiro Encontro de Mulheres Negras de São Paulo, promovido pela Unipalmares com a ministra Nilcéia Freire, realizado no último mês de maio, na sede da instituição. Segundo a ministra, a idéia é desenvolver parcerias que permitam o acesso das mulheres que participam de programas como o

Brasil Alfabetizado, a programas de incentivo ao empreendedorismo e crédito, além de promover algumas ações que já estão previstas dentro do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O documento, com 198 ações, foi elaborado durante conferência realizada em julho de 2004, que contou com a participação de 2 mil delegadas, escolhidas por mais de 120 mil mulheres de diversos municípios brasileiros.

“Assumi a Secretaria com muito prazer e estamos procurando conjugar

as duas dimensões da liberdade, que são a de gênero e de raça. Temos o nosso plano nacional de políticas para as mulheres para implementar e agora deixo um desafio para as mulheres da Zumbi dos Palmares: vamos estabelecer um plano de ação conjunto”, disse a ministra Nilcéia, durante o evento. Entre os objetivos previstos do projeto, está o de promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, a eqüidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho, além do desenvolvimen-

to e incentivo à criação de políticas de ações afirmativas que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos.

Participaram do encontro na Zumbi dos Palmares 70 mulheres, entre elas, a coronel da Polícia Militar, Vitória Brasília de Souza Lima; a delegada Clementina de Souza; Maria do Carmo Muene, proprietária da Muene Cosméticos; Magali Thobias, presidente da Escola de Samba Camisa Verde e Branco; a estilista Marisa Moura, além das mulheres do programa de Alfabetização da Unipalmares/MEC. A opinião unânime destas mulheres é que este primeiro encontro foi um passo importante para não só conhecer a ministra, como também conhecer um pouco do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. "Pretendemos, a partir de hoje, entrar no site do ministério e passar a contribuir com esse plano para aprimorá-lo cada vez mais", disse Magali dos Santos.

Para a coronel Vitória, é importante que as mulheres, principalmente as que estiveram presentes a este primeiro encontro, cobrem da ministra a realização das ações que constam do plano, mostrando que todas querem participar das decisões que lhe dizem respeito diretamente. "A iniciativa da Unipalmares em promover este encontro é muito importante e sentimos a necessidade de que eles ocorram mais vezes", observa a coronel.

O maior desafio

Durante o Encontro, a ministra Nilcéia Freire lembrou ao Grupo

de Mulheres da Zumbi dos Palmares os desafios que precisou enfrentar, entre eles, o de exercer a reitoria da UERJ, que se tornaria, graças à sua intervenção, a primeira Universidade Pública a adotar o sistema de cotas para o ingresso de estudantes negros.

"A reitoria da UERJ talvez tenha sido o desafio que proporcionou o maior aprendizado que tive na minha vida. Eu tinha reservas com relação às cotas. Mas pude então ser convencida de que se nós não fizermos ações que sejam determinantes para o combate às desigualdades de gênero e raça, não será possível encontrar, nos mesmos lugares, nem brancos nem negros, nem homens e mulheres, ou índios e índias", disse ela.

Desempenho melhor

O debate sobre cotas nas universidades, ensinou Nilcéia Freire, ainda não terminou. Ele continua aceso e precisa ser alimentado para que



Ministra Nilcéia Freire

não seja extinto. "Por isso, iniciativas como as da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e de outras universidades que já adotem o sistema de cotas para estudantes negros, precisam ser alimentadas. Porque tudo o que querem os que são contra as ações afirmativas, contra o tratamento digno das desigualdades, é que projetos como este não dêem certo", avisou a ministra.

m busca da

*Por: Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB SP e
Marco Antonio Zito Alvarenga, presidente da Comissão do Negro e
de Assuntos Antidiscriminatórios da OAB-SP*

Ronaldo Fenômeno é branco ou afrodescendente? Ao declarar-se branco, o atleta gerou a mais recente polêmica em torno das questões raciais e da nova onda de racismo que varre o mundo, sobretudo a Europa, onde Ronaldo joga. Na declaração, ele tentava condenar, durante uma entrevista, a discriminação racial e involuntariamente colocou mais lenha na fogueira, embora afirme nunca ter sido discriminado, mesmo nos estádios espanhóis que se tornaram um palco de intolerância racial. Naturalmente, a posição econômica de um dos mais bem remunerados jogadores de futebol do planeta tem peso, sobretudo no Brasil,

onde a discriminação tem o viés socioeconômico. Mas a colocação de Ronaldo abre a perspectiva de analisarmos a questão do racismo e da conscientização relutante de muitos afrodescendentes no Brasil.

No Brasil, chocando ainda com o recente incidente Grafite-Desábato, ainda está em construção a identidade dos afrodescen-



Luiz Flávio Borges D'Urso

igualdade racial

tentes Para este fim, o Estatuto da Igualdade Racial é importante, pois coloca em foco a defesa dos direitos fundamentais, como a saúde, educação, cultura, esporte e lazer. Também destaca a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para implementação de políticas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e inclusão social dos afro-brasileiros, conforme previsão em seus artigos com recursos provenientes de Lei Orçamentária da União.

A implantação das Ações Afirmativas não configura discriminação e sim a adoção de política reparadora de erro histórico, como aconteceu nos Estados Unidos, em meados dos anos 50 e nos 60. A igualdade racial defendida pelos opositores de qualquer movimento de cunho afirmativo, respaldada no artigo 5º da Carta Magna é apenas jurídica e formal, jamais real.



Marco Antonio Zito Alvarenga

Defender a tese que todos são iguais perante o direito e condições no Brasil, atualmente, é macular o conceito de igualdade com vícios insanáveis. Fosse esta conclusão correta, o artigo quinto da Constituição Federal que diz: “a prática do racismo constitui crime. Imprescritível e inafiançável, sujeito à pena de reclusão”, não teria

razão de existir, configurando a denominada letra morta da lei. Os fatos ocorridos no dia-a-dia desbancam a tese, pois as marcas deixadas em suas vítimas são indeléveis. Por isso, necessitamos aprovar leis que estabeleçam, ou melhor, que reiterem os preceitos de igualdade, dignidade e respeito mútuo entre todos, como o projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial.

Reitero não ser mais de responsabilidade só dos afrodescendentes fomentar a discussão de igualdade racial, mas, de toda a sociedade brasileira, pois sem o reconhecimento do valor de todos os discriminados e respectiva inclusão social, o Brasil jamais será uma grande potência econômica, onde todos são iguais, independentemente de raça, cor, sexo, religião... Nesse mundo não pode haver espaço para dúvidas sobre a afrodescendência, nem atitudes ofensivas, como de Desábato.

elebrando a

*Por: Lindiwe Zulu, Embaixadora da
República da África do Sul*

Hoje, vou falar com os jovens. Lidamos com os mesmos altos e baixos da vida, situação acadêmica, família, amigos e montanhas russas. Cometemos erros e os corrigimos, caímos e ficamos de pé. Brigamos com nossos pais, professores etc.

Também nos reconciliamos, e assim vocês nos vêem, orgulhosos por estarmos aqui, honrados pela confiança dada a nós para representar o nosso país, o nosso povo. Lutamos contra muitos diabos para chegar ao cume, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

A juventude de ontem constitui os líderes da África do Sul. Em 16 de junho de 1976 a juventude mudou para sempre a jornada da luta pela liberdade. Na realidade, ela encorreu o caminho para a liberdade. As circunstâncias que ocasionaram esta mudança na jornada foram criadas pelo sistema do apartheid. Não satisfeito com suas próprias leis opressoras e draconianas, o regime intro-

duziu o Afrikaans, uma língua da opressão à época, para ser o meio de ensino em escolas e universidades. Muitos pagaram o preço com suas vidas. Este foi o início de uma longa batalha entre a juventude negra, em particular, a polícia e o Estado.

Desde então, a situação política em todas as frentes nunca seria a mesma. Do lado do governo, o qual tentava esmagar a resistência dos jovens, a estrada era escorregadia e este perdia o controle.

Do lado da luta pela liberdade era o início do crescimento e fortalecimento dos movimentos de libertação com uma juventude mais dinâmica, ousada e revolucionária, inchando as fileiras das organizações, exigindo a libertação agora e educação mais tarde. Os movimentos de libertação, incluindo a minha própria organização, não estavam prontos para o grande influxo de jovens impacientes. Assim, eles tiveram que fazer planos rápidos para tirar vantagens da situação, para colocar, cada vez mais, o regime contra a parede e aprofundar a crise.

Juventude

Tiveram que controlar a energia dos jovens na direção certa. Eu falo do ponto de vista do Congresso Nacional Africano (ANC), pois esta é a organização a que me filiei em 1977 e à qual pertenço desde então.

A Organização tinha que enviar jovens às escolas, para estudar e se preparar para o futuro. Eu sou uma dessas pessoas. Eles enviaram jovens para treinamento militar em países como Angola, Moçambique, Zimbábue, Uganda e muitos outros. Uma juventude abnegada e cheia de esperança. Uma esperança que a África do Sul seria livre e hoje já temos 10 anos de liberdade. Acabamos de celebrar 10 anos de democracia e esperamos um futuro melhor, não apenas para a África do Sul como também para o continente como um todo.

Assim, onde está a juventude de hoje? Os jovens estão organizados em diferentes estruturas da sociedade: política, social e econômica. Através de tais estruturas eles estão contribuindo para a reconstrução e desenvolvimento da África do Sul. Eles estão contribuindo para o dis-

curso da construção de um mundo melhor para todos. Eles são jovens e impacientes e querem que as coisas aconteçam como ontem. Do ponto de vista do governo esta é uma Política Nacional da Juventude entronizada na Constituição da República da África do Sul. Alguns de seus princípios-chave incluem:

- Reparar os desequilíbrios do passado;
- Reparar a educação;
- Reparar a saúde;
- Reparar a criação de empregos;
- Reparar o empoderamento econômico negro;
- Reparar a inclusão de gênero, os direitos e proteção da mulher jovem;
- Reparar a participação da juventude; Reparar a diversidade cultural e espiritual;
- Reparar o desenvolvimento sustentável e muitos outros.

A Política Nacional da Juventude busca um futuro para todos os jovens na África do Sul, o qual seja livre de discriminação racial e de gênero, na promoção de uma sociedade unida, pacífica e próspera, onde os jovens tenham um ambiente de oportunidades. Eles têm que participar das decisões tomadas sobre eles. Nos nossos dias de juventude nós dizíamos: "Nada sobre nós, sem nós!"

É claro que a juventude de hoje, como nós, tem de combater os diabos internos e externos. Drogas, HIV/AIDS, ser incompreendido, às vezes, pela sociedade, até mesmo por pais e professores. O que é mais importante é que a juventude de hoje na África do Sul tem um governo que a leva a sério, que acredita nela, que está criando oportunidades e que está colocando dinheiro onde está a boca.

Foto: Márcia Lourenço



Lindiwe Zulu

Assim, a juventude da África do Sul de hoje não está evitando balas, mas está preparando Planos de Negócios. Ela não está atravessando fronteiras, mas está viajando pelo mundo em busca de novas experiências. Ela não está planejando conspirações, mas procura uma maneira de engajamento construtivo. A juventude não está escrevendo panfletos de protestos na noite. Ela os escreve abertamente e marcha livremente para levantar as suas insatisfações e quer que sua voz seja ouvida. Ela está lidando com o HIV/AIDS.

A juventude está nos bancos, na

área da comunicação, em departamentos governamentais, nas artes, no Exército etc.

Ela também está nos guetos, lutando contra tudo que acompanha a vida nos guetos.

O que importa é que esta juventude vive com esperança, pois ela está em um ambiente cheio de esperança. Esperamos sinceramente que, em vinte ou trinta anos na sua juventude, o passado seja um outro país, quando o assunto for um ambiente difícil. Os desafios sempre estarão lá.

N o palco da Unipalmares

Neste primeiro semestre a Afrobras e a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, viram um desfile de personalidades, autoridades e artistas em suas sedes e que com as suas presenças, contribuem para a solidificação dos projetos dessas instituições.

Em 21 de Março último, por exemplo, quando a Afrobras, em homenagem ao Dia Internacional de Luta contra Discriminação Racial, fez a entrega da Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro a várias personalidades, a presença dos convidados foi maciça. Para receber este “mimo”, que tem como objetivo homenagear a todos que tenham contribuído, direta ou indiretamente com ações de cidadania, a Afrobras contou com a presença de muitos amigos – novos e antigos.

E no campus da Unipalmares, foram registradas as visitas das mais renomadas personalidades, que foram conhecer esse projeto, único no Brasil, onde 82% de seus alunos são afro-descendentes e um lugar onde se convive com a diversidade de forma tão natural, que chegamos a esquecer que no Brasil lá fora (fora dos nossos muros), esse modelo de convívio não passa de utopia.

Pela Unipalmares passaram, entre outros, o presidente da Câmara Federal, deputado Severino Cavalcanti, o ministro da Educação, Tarso Genro, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; a Procuradora-Chefe do Ministério Público Federal do Trabalho, Sandra Lia Simon; Valdemar Zveiter, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça;

Hélio Silva Jr., Secretário da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; Mãe Nitinha, da Sociedade Nossa Senhora das Candeias; Mãe Beata de Iemanjá, da comunidade Ilé Omi Ojú Aro; o deputado federal Reginaldo da Silva Germano, titular da Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania.

Patrick Duddy, Cônsul Geral dos Estados Unidos; Paulo Antonio Prazak, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Carlos Alberto Vieira, presidente do Banco Safra, Fernando Perez, Vice-Presidente de Recursos Humanos do Banco Itaú; Eduardo Pellegrina, Diretor de RH da Motorola; Joana Woo, Presidente da Editora Símbolo (revista Raça); José Tadeu, Presidente da Merck Sharp & Dohme; Pheko Weeto, Cônsul Da África Do Sul; Jadiel Ferreira de Oliveira, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo; José Luis Ricca – Superintendente do Sebrae, Hubert Alqueres, Presidente da Imprensa Oficial; Belisário dos Santos Júnior, da Santos Júnior Hesketh Escritórios Associados; Carlos Henrique de Brito Cruz; da UNICAMP; Paulo Jabour Maluf, Diretor-Presidente da Camisaria Colombo; Aguinaldo Timóteo, Vereador; João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Mas não são apenas personalidades brasileiras que se interessam pelo projeto Unipalmares. Do exterior, recebemos muitas visitas. Dos Estados Unidos da América, por exemplo, recebemos a

visita do cantor Billy Paul e do grupo de dança StepAfrika, da Dra. Cíntia L. Wollock, Chefe do Programa do Hemisfério Ocidental da Fulbright, do Dr.Ralph Tleblssing, Oficial do Programa e Dr. Luiz Valcov Loureiro, Diretor Executivo da Fulbright e uma comissão com 12 alunos e 4 professores da Florida A&M University, instalada na cidade de Tallahassee, Flórida. Também recebemos a Embaixadora da Costa do Marfim, Colette Lambin, a Embaixadora da República da África do Sul, Lindiwe Zulu e uma comitiva de 11 empresários sul-africanos

Entre os artistas, registramos as presenças de Léo Maia, cantor e compositor, Simoninha, Alexandre Pires, Netinho de Paula, o cineasta Jéferson De, Isabel Fillardis.

A Unipalmares também recebeu a visita de Ivete Sacramento, reitora da Universidade Estadual da Bahia, e primeira negra a ocupar esta posição no Brasil. A reitora esteve acompanhada de Walter Crispim da Silva e do prof. Mamadu Lamarana Bari, presidente e coordenador geral da Fundação Visconde de Cairu.

Também já visitaram a Unipalmares, entre outras personalidades: Gabriel Jorge Ferreira, presidente da CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras; o empresário Geraldo Cardoso Guittis, presidente da Refrigerantes Convenção; Sheila Villas Boas, diretora-executiva da Academia Brasileira de Belas Artes; Gabriel Mário Rodrigues, reitor da Universidade Anhembi-Morumbi, entre outros.



Geraldo Alckmin

“A Unipalmares é muito importante para São Paulo e temos muito orgulho disso. O seu trabalho de inclusão e cidadania merece cada vez mais o nosso respeito.”

Severino Cavalcanti

“A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é uma instituição que dá a todo Brasil um admirável exemplo de luta pela cidadania e pela justiça social. O exemplo da Unipalmares deveria ser reproduzido em todo o País.”



Colette Lambin

“O meu país – Costa do Marfim – tem muito interesse em firmar parceria com a Unipalmares, principalmente nas áreas acadêmica e da cultura.”



Tarso Genro

“Esta Universidade, pela civilidade que dá à comunidade afro-descendente do Brasil, não deve ser apenas respeitada, mas também estimulada e compatibilizada nas políticas públicas que estamos desenvolvendo”.



Alexandre Pires

“É muito importante haver uma universidade como a Unipalmes e os alunos devem aproveitar ao máximo esta oportunidade.”



João Carlos Di Genio

“É uma ação de responsabilidade social. É um projeto no qual a UNIP se sente honrada em poder participar”.



Gabriel Ferreira, Presidente da CNF

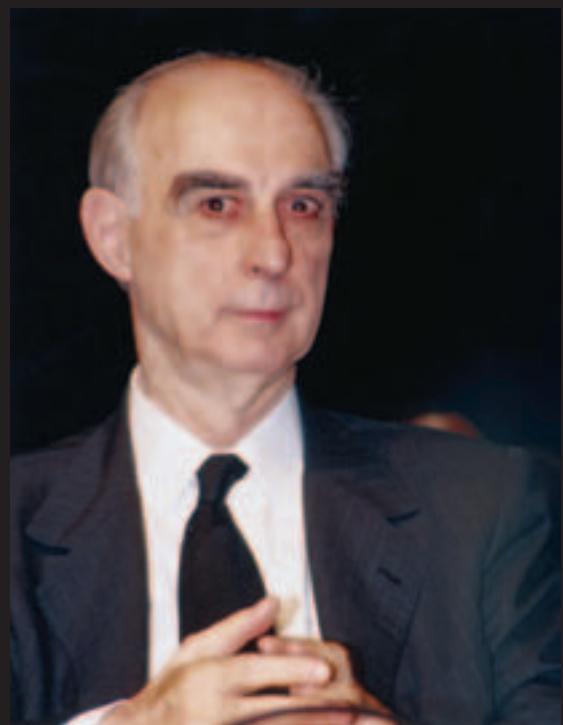


Valdemar Zveiter, ex-Ministro do STJ



Gabriel Chalita

“É bonito a gente ver como é possível ir do sonho à realidade. Como foi possível criar um espaço plural em que, de fato, a cidadania possa ser respeitada e também as pessoas. É muito prazeroso, como educador, ver tudo isto.”



Claudio Lembo

“O líder Zumbi deve estar feliz pela criação da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, principalmente por ser criada e gerida por negros.”



Comitiva de alunos e professores da Florida A&M University, EUA



José Renato Nalini, desembargador do TJ/SP



Isabel Fillardis, atriz



Hélio Silva Jr., Secretário de Estado da Justiça e Cidadania de São Paulo



Billy Paul, cantor norte-americano e aluna da Unipalmares



Fernando Perez, vice-presidente de RH do banco Itaú e Hélio Duarte, diretor executivo do banco HSBC



Carlos Alberto Vieira, presidente do banco Safra



João Sanches, Diretor da Merck Sharp&Dohme



Lindiwe Zulu, Embaixadora da África do Sul



Jadiel de Oliveira, Embaixador do Ministério das Relações Exteriores/SP e Joana Woo, Presidente Editora Símbolo



Paulo Jabur, Diretor-Presidente da Camisaria Colombo e esposa Carla Gandra Maluf



Netinho de Paula, cantor e apresentador de TV



Jeferson De, cineasta



João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo



Fernando Leça, presidente do Memorial da América Latina



Laura Lagana, Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza/São Paulo



Nilcéia Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



Léo Maia, cantor



Geraldo Cardoso Guitis, Presidente da Refrigerantes Convenção



Reginaldo Germano, Deputado Federal



Agnaldo Timóteo, Vereador/SP e cantor



Mãe Beata de Iemanjá e Mãe Nitinha



Ivete Sacramento, reitora da Universidade Estadual da Bahia



Patrick Duddy, Cônsul Geral dos EUA, Sandra Lia Simon, Procuradora do MPT e Julio Peña, Cônsul do Uruguai

Um quilombo do século XXI

POR PEDRO ALEXANDRE SANCHES

Há um quilombo plantado no coração de São Paulo, em pleno ano de 2005. O apelido de "quilombo" é recorrente na fala de sua população flutuante, que compreende estudantes, professores, músicos, historiadoras, dançarinos, psicólogas, bancários, rappers, sambistas, faxineiras, porteiros, advogadas, administradores etc. etc. etc.

O quilombo, situado nas proximidades da Estação da Luz, nasceu batizado de Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. O projeto dos quilombolas é transformá-lo de fato numa universidade, mas por enquanto o que existe é a Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares (FAZP), reconhecida pelo Ministério de Educação (MEC) e em pleno funcionamento desde o início de 2004.

Descrição com grau equivalente de orgulho seja por reitor, professores, alunos ou funcionários como a primeira faculdade do Brasil que visa a inclusão do negro no ensino superior, a FAZP adota política de cotas, destinando ao menos 50% de suas vagas a alunos que se auto-declarem negros. Na prática, no entanto, a demografia revela que 82% dos quase 600 alunos hoje matriculados são negros, que têm afluído à nova escola de modo aparentemente espontâneo.

ABOLIÇÃO Uma visita à primeira faculdade do Brasil que reserva 50% de vagas para afro-descendentes. E, na prática, em seu segundo ano de atividade, já reúne 82% de alunos negros



ENGAGEMENTO "Fazia uma faculdade de playboys, e eu não suporto playboy. Administração não é meu sonho de curso, mas vim pelo projeto", diz um aluno

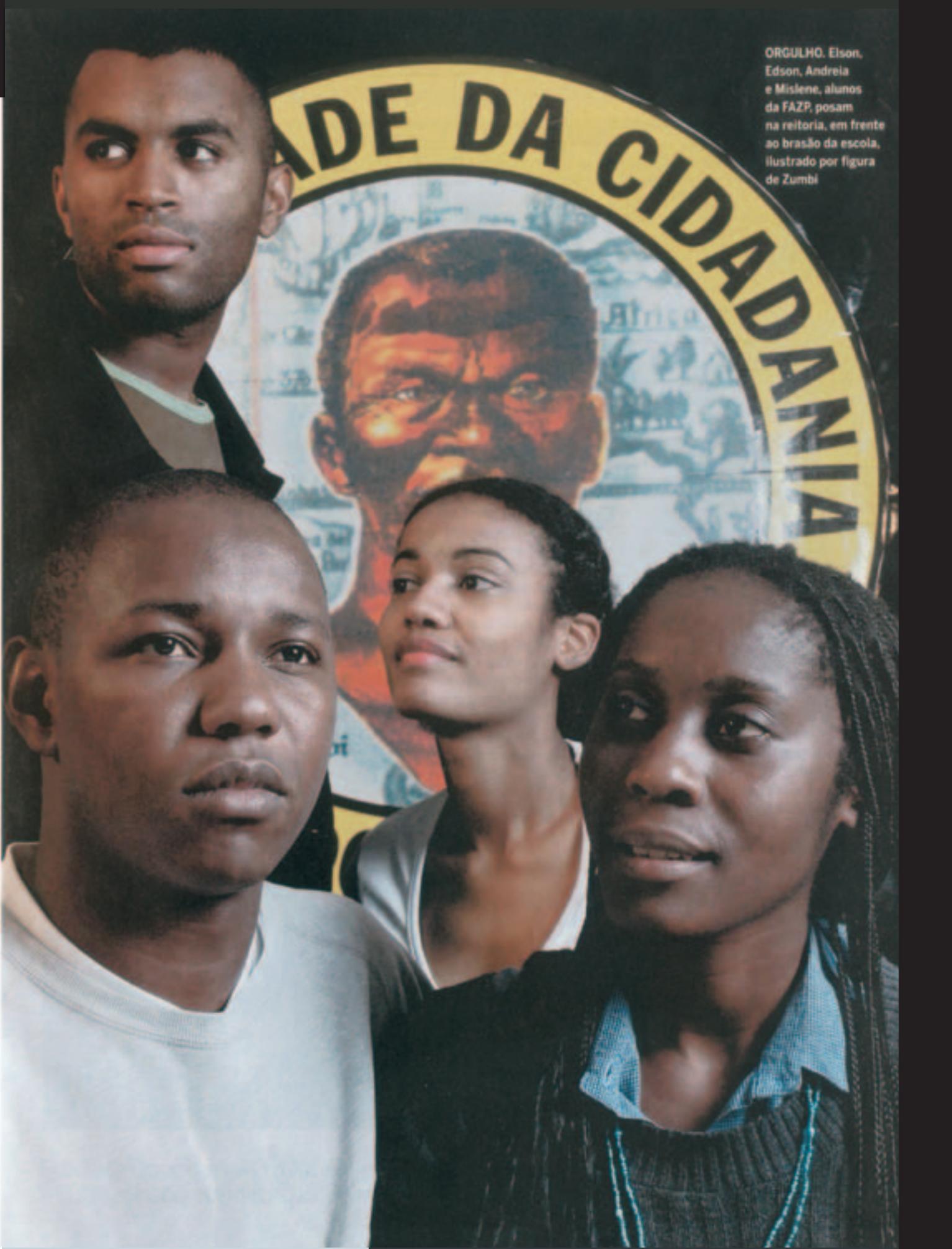
O recorte socioeconômico soma-se ao racial para justificar a predominância. Todos os alunos que pagam suas mensalidades em dia recebem bolsa de 50% do valor cheio de R\$ 520. Estudam administração (optando entre quatro habilitações diferentes), recebem aulas básicas que enfatizam temas como cultura, sociologia, direito, filosofia e ética e têm apoio extracurricular em português, matemática, informática e inglês (oferecido, em parceria, pela escola Alumni) por um preço de R\$ 260, bem abaixo do valor médio de mercado do ensino superior particular no País.

Pelo que CartaCapital pôde constatar em dois dias de visita à escola, o termo "cidadania" que compõe seu nome não é mera retórica. Flutuaram durante uma aula presenciada pela reportagem temas e conceitos tão diversos quanto taxa Selic,

liderança, democracia, manipulação, mercado, samba-rock, Polícia Militar, congresso estudantil, ego, status, vaidade, auto-estima, submissão, liberdade, hierarquia, religião, homossexualidade, conservadorismo, aborto, relação patrão-empregado, sindicalismo etc.

– Por exemplo, alguém pode sair de um sindicato e virar presidente de um país? – pergunta o professor, a certa altura.

– Agora pode – responde uma aluna, em tom zombeteiro.



ORGULHO. Elson, Edson, Andreia e Mislene, alunos da FAZP, posam na reitoria, em frente ao brasão da escola, ilustrado por figura de Zumbi

Mandela, a força do líder

Uma das figuras mais importantes da história contemporânea, Nelson Mandela é referência de lutador incansável pelos direitos humanos na África do Sul e também sob o ponto de vista de líder internacional. Nascido Rolihlala Mandela em Qunu, em 18 de Julho de 1918, na região do Traskei, seu nome inglês “Nelson” foi lhe concedido aos 7 anos quando Mandela se tornou o primeiro de sua família a freqüentar a escola. Logo depois ao falecimento de seu pai, Mandela seguiu para uma escola próxima ao palácio do Regente e, seguindo as tradições Xhosa, foi iniciado na sociedade aos 16 anos. Dois anos depois de ingressar no Instituto Clarkebury, onde estudou cultura ocidental, foi diplomado; geralmente levava-se 3 anos de curso para receber o diploma.

Em 1934, com 19 anos, Mandela foi para a cidade de Fort Beaufort que recebia a maior parte da realeza Thembu. Nessa época, nascia seu interesse pelo boxe e as corridas.

O despertar pelas ações comunitárias e de justiça para todo um povo começava a surgir. Ainda na escola, envolveu-se com o movimento es-

*“Marcados nessas
pedras você vai
encontrar a dor de
nossa luta, a tristeza
de nossas perdas
e os alicerces de
nossa vitória”.*

Nelson Mandela

tudantil, em um boicote contra as políticas universitárias, sendo expulso da Fort Hare. Partiu, então, para Joanesburgo, onde por correspondência, terminou a graduação na Universidade da África do Sul. Não interrompeu os estudos, muito pelo contrário, ingressou-se em Direito na Universidade de Witwatersrand. Durante os anos de estudante, Mandela lutou contra as injustiças e intolerâncias da lei do apartheid e, em 1944, ajudou a criar uma divisão juvenil do Congresso Nacional Africano (CNA) e, em conjunto com

Oliver Tambo, fundou também o primeiro escritório de advogados de raça negra na África do Sul. A amizade com Oliver Tambo nasceu em Fort Hare. Também em 1944, casou-se com Evelyn Mase, união que terminou, parcialmente, por causa da devoção de Mandela à causa anti-apartheid, em 1957. Um ano após o divórcio, Mandela casava-se com Winnie, uma trabalhadora social que esteve ao seu lado durante 27 anos de prisão e se tornou a querida do Congresso. Mas, dois anos após Mandela ser solto, em 1990, eles se separaram. Ela morreu no dia 30 de abril aos 82 anos de uma doença respiratória “A luta é a minha vida”, não serão levadas em vão”

Na década de 50, depois de ser forçado por pressões constantes a destituir oficialmente o CNA, Mandela analisou o movimento como uma fraude política. Durante a segunda metade dos anos 50, ele era um dos acusados de tentativa de Traição. Participou do Congresso do Povo, em 1955, evento que divulgou a Carta da Liberdade - documento contendo um programa fundamental para a causa anti-apartheid.

Quando o CNA foi proibido depois



Nelson Mandela

do massacre de Sharpeville em 1960 (quando a polícia sul-africana atirou em manifestantes negros, desarmados, matando 69 pessoas e ferindo 180 - e a subsequente ilegalidade do CNA e outros grupos anti-apartheid), Mandela foi detido até 1961, quando foi clandestinamente conduzida uma campanha para uma nova convenção nacional. Foi preso e durante o período em que esteve na prisão, devido às suas atividades políticas, ele e outros membros do CNA, foram acusados de conspirar para derrubar o governo através de atos de violência. Em 1964, foi condenado à prisão perpétua. Durante os 27 anos que permaneceu na cadeia, Mandela converteu-se em um poderoso símbolo internacional da resistência contra o apartheid e a injustiça.

Em 1990, já em liberdade, voltou ao trabalho de toda uma vida. Como resultado, em 1994, as primeiras eleições democráticas realizadas na história da África do Sul deram o poder a Mandela, que se converteu assim no presidente do país. No ano anterior,

Mandela recebera o prêmio Nobel da Paz, juntamente com o primeiro presidente sul-africano F.W. de Klerk, pelo seu esforço conjunto para acabar de forma pacífica com o apartheid. Como presidente do CNA (de julho de 1991 a dezembro de 1997) e primeiro presidente negro da África do Sul (de maio de 1994 a junho de 1999), Nelson Mandela foi o responsável pela transição do regime de minoria no comando, o apartheid, ganhando respeito internacional por sua luta em prol da reconciliação interna e externa.

Em 1998, no seu aniversário de 80 anos, Mandela se casou com Machel, a viúva de Samora Machel, presidente assassinado de Moçambique e aliado do CNA.

Dez anos após deixar a prisão, Nelson Mandela retornou à sua cidade natal na região de Transkei, na província de Cabo-Leste, para inaugurar um museu em sua homenagem. “Na minha juventude em Transkei, ouvia os idosos contando histórias sobre os tempos passados. Entre elas,

“Ser livre não é simplesmente romper suas próprias correntes, mas viver de forma que respeite e eleve a liberdade de outros”

das guerras travadas pelos nossos ancestrais em defesa da terra-mãe. Eu esperava então que a vida pudesse me oferecer a oportunidade de servir a meu povo e me tornar capaz de contribuir para a luta dele pela liberdade. Não posso precisar um momento quando me tornei politizado, quando eu sabia que iria dedicar minha vida à luta de libertação. Ser livre não é simplesmente romper suas próprias correntes, mas viver de forma que respeite e eleve a liberdade de outros,” afirma Mandela. Além do Prêmio Nobel da Paz, Nelson Mandela foi outorgado com muitas distinções no exterior, incluindo a Ordem de St. John, da rainha Isabel II e a Medalha presidencial da Liberdade, de George W. Bush. Na Índia recebeu o Bharat Ratna , sendo uma das duas únicas pessoas de origem não-indiana a receber distinção mais alta daquela País. A outra pessoa não-indiana, foi Madre Teresa de Calcutá. Mandela também se tornou cidadão honorário do Canadá e um dos poucos líderes estrangeiros a receber a Ordem do Canadá.

Instituto Unibanco renova parceria no projeto Alfabetização

olidária

Considerando que a educação é mola propulsora para o desenvolvimento humano sustentável, o Instituto Unibanco acredita que a alfabetização é o primeiro passo desse desafio. Para contribuir com esse propósito, renovou sua parceria no projeto Alfabetização Solidária. Para

2005, nove municípios serão atendidos e 3375 pessoas serão beneficiadas diretamente.

A parceria entre o Instituto Unibanco e a Alfabetização Solidária teve início em julho de 1998, com a adoção de cinco municípios. Os expressivos resultados obtidos levaram à ampliação gradual da parceria, sendo que de 1998 a 2000 foram adotados cinco municípios, em 2001 e 2002 sete municípios e em 2003 e 2004 o Instituto

Unibanco adotou dez municípios.

A Alfabetização solidária tem como missão diminuir o índice de analfabetismo de jovens e adultos nos municípios atendidos pelo projeto. É com esse objetivo que a parceria do Instituto Unibanco quer contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

“O analfabetismo entre jovens e adultos ainda representa um grave problema a ser enfrentado no Brasil, pois estatísticas oficiais apontam que em nosso país há cerca de 16 milhões de analfabetos. Nesse sentido, nossa parceria com a Alfabetização Solidária tem a missão de contribuir para a diminuição do analfabetismo e aumentar a oportunidade de acesso à educação de jovens e adultos dos municípios atendidos”, afirma Tomas Zinner, presidente do Conselho do Instituto Unibanco.



Divulgação

Para o alfabetizado, estudar passou a ser visto como uma exigência do mercado de trabalho, uma condição para a empregabilidade. Os alfabetizados passam a apresentar maior participação comunitária e os efeitos são sentidos em outras políticas públicas. Os egressos do programa querem e continuam estudando. O resgate da auto-estima da população beneficiada pelo programa é freqüentemente citada pelos coordenadores municipais e pelos secretários de educação. Extensivamente à redução do analfabetismo, a atuação da Alfabetização Solidária fomenta ainda a ampliação da oferta pública de EJA (Educação de Jovens e Adultos) nos municípios onde atua, mobilizando as comunidades em torno do direito à continuidade de escolarização dos egressos dos cursos e sobretudo da inclusão educacional dos cidadãos de todas as idades em todas as modalidades de ensino.

Ipea

divulga pesquisa

As mudanças no desempenho das empresas nordestinas é o grande destaque dos resultados da Pesquisa Ação Social das Empresas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizada, pela segunda vez, nas regiões Sudeste e Nordeste. Os dados revelam que o percentual de empresas privadas do Nordeste que declaram fazer algum tipo de ação social, em caráter voluntário, para as comunidades aumentou em 35%, entre os anos de 1999 e 2003, passando de 55% para 74%. No Sudeste, este incremento foi da ordem de 6%. Em 1998, 67% das empresas da região contribuíam para o social, percentual que subiu para 71%, em 2003.

Apesar de relativamente mais empresas estarem atuando no social, isto não resultou num aumento proporcional de recursos. No Sudeste, o empresariado destinou cerca de R\$ 3,1 bilhões no atendimento de comunidades carentes. Este valor, bastante expressivo em termos absolutos, corresponde a aproximadamente 0,35% do PIB da região, para o mesmo ano, mas, em 1998, essa relação era de 0,61%. Em 2003, o empresariado nordestino destinou cerca de R\$ 505 milhões no atendimento de comunidades carentes, valor que corresponde a aproximadamente 0,24% do

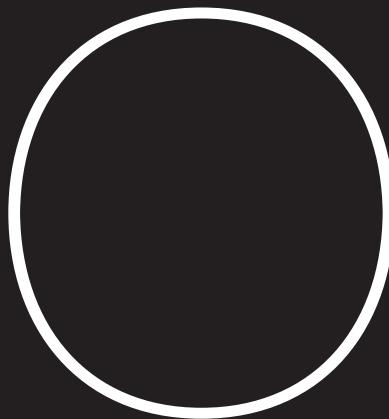
PIB da região, para o mesmo ano. Em 1999, a relação era de 0,19%. Em quatro anos, o investimento social privado aumentou em 26%, percentual inferior aos 35% que correspondem

ao crescimento, no mesmo período, da proporção de empresas que declaram realizar ações sociais.

“Pode-se supor que este desempenho financeiro mais modesto resulte das dificuldades econômicas pelas quais o país passou em 2003, ano de estagnação da produção nacional. Neste caso, podemos arriscar que, de uma maneira geral, os recursos aplicados pelo setor empresarial para o combate à pobreza acompanham os movimentos da economia: quanto mais prósperos os negócios, mais verbas serão destinadas ao social e vice-versa”, diz a coordenadora geral da Pesquisa e diretora de Estudos Sociais do IPEA, Anna Maria Peláez. Segundo ela, tal hipótese pode ser corroborada pelo fato de a maioria dos empresários (72% no Nordeste e 58% no Sudeste) informar que a principal dificuldade para atuar no social diz respeito à insuficiência de recursos.

ação Social das Empresas

Sem pretender estabelecer um ranking da atuação social das empresas por estados, a pesquisa confirma que a liderança permanece com Minas Gerais (81% das empresas atuam), seguida da Bahia (76%) e dos demais estados do Nordeste (com percentuais que variam entre 73% e 74%). No Sudeste, o destaque é para o Rio de Janeiro onde a proporção de empresas que realizam ação social para fora de seus muros passou de 59%, em 1998, para 69%, em 2003. No que diz respeito à população atendida, mais da metade das empresas do Nordeste (55%) dá prioridade às crianças; no Sudeste, esse percentual é de 61%. A pesquisa verifica um expressivo crescimento das ações nas áreas de educação e saúde. A atuação das empresas na área de educação no Nordeste passou de 13%, em 1999, para 28%, em 2003, e no Sudeste, de 14% para 18% no mesmo período.



BÊ-A-BÁ PARA A VIDA



Professora Ivete Lima do Projeto Brasil Alfabetizado

No último mês de junho, 2.230 paulistanos moradores de bairros periféricos, das quatro regiões da cidade, saíram vencedores de uma batalha que deve marcar para sempre a vida de cada um deles. Depois de seis meses de aula, eles receberam o tão esperado certificado do Programa Brasil Alfabetizado. Deixaram, assim, de fazer parte de uma lista que envergonha um país de contrastes como o Brasil, com grandes dimensões e potencialidades, mas onde persiste um desequilíbrio social histórico que atua como um cordão de isolamento que mantém milhares de brasileiros

à margem de direitos tão essenciais como a educação.

A vitória destes brasileiros, agora alfabetizados, foi possível a partir de uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), e a Afrobras – Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural. “Estamos todos muito orgulhosos. A alfabetização é um fator essencial para que estas pessoas recuperem a auto-estima e possam se sentir mais cidadãos deste nosso País”, comemora a professora Cristina Jorge, diretora da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), co-autora da metodologia do curso aplicado aos alunos do Brasil Alfabetizado.

O Desafio da Alfabetização

Segundo a diretora, a pedagogia desenvolvida para o processo de alfabetização foi centrada na experiência do dia-a-dia dos alunos e procurou aprofundar a “leitura” do mundo

em que eles vivem. “A alfabetização de adultos é sempre um desafio. Ela não é e não pode ser semelhante à da criança. O adulto, apesar de não ler e não escrever, geralmente, sabe assinar o nome, identificar os símbolos alfanuméricos do ônibus que utiliza e sabe também lidar com dinheiro. Em suma, tem um princípio de leitura de acordo com as suas necessidades e a observação de seu próprio mundo”, explica.

E foi aproveitando este, ainda que limitado conhecimento de símbolos que gravitam ao redor destas pessoas, que se deu o processo de alfabetização dos alunos. Ao todo, foram 360 horas/aula, divididas em duas espécies de dinâmicas. Três dias por semana os alunos recebiam noções de alfabetização em sala de aula. Nos outros dois dias eram estimulados a praticar o que haviam assimilado com os professores, em locais da comunidade onde moram. “Eles aprendiam nas salas de aula, por exemplo, a escrever os nomes e o parentesco de seus familiares mais próximos. Depois realizavam atividades externas, visitando famílias de conhecidos na



Alunos do Projeto Brasil Alfabetizado.

vizinhança de suas casas e escrevendo também o nome dos familiares e o parentesco dos amigos”, explicou a professora Cristina Jorge.

Ela conta ainda que várias outras atividades foram propostas durante o curso, entre elas, o aprendizado a partir de folhetos distribuídos por estabelecimentos comerciais que ficam próximos às residências dos alunos.

O material – explicou a professora – foi uma ferramenta para ensiná-los a lidar com a unidade monetária, estabelecendo condições para que, além do simples manuseio com dinheiro, as pessoas pudessem ter noções claras sobre como identificar as melhores ofertas de produtos da região. “Nossos alunos receberam noções de saúde e saneamento. Aprenderam a importância das campanhas de vacinação, do tratamento de água e do cuidado com o meio ambiente”, lembrou Cristina.

Participaram da iniciativa 35 entidades, distribuídas pelos quatro ei-

xos do município de São Paulo, que abrigaram 90 salas de aulas nos períodos da manhã, da tarde e da noite. Na parte inicial do Programa, foram treinados os 58 monitores responsáveis pelo aprendizado dos alunos. Escolhidos entre os membros de cada comunidade, eles assimilaram a pedagogia do curso depois de um total de 40 horas de treinamento.

Além disso, o Programa contou com o trabalho de supervisores, encarregados de corrigir qualquer problema da iniciativa. “O Programa foi muito bem conduzido e é importante que seja repetido. É necessário dar oportunidade para todo este pessoal que precisa aprender a ler. Não podemos parar por aqui”, sugere Francisco Cavalcanti de Souza, o Miro, um dos supervisores do Brasil Alfabetizado. Segundo ele, todos os alunos ficaram extremamente agradecidos com a oportunidade que tiveram. “Muito antes de o Programa terminar, eles já perguntavam se já estava previsto o início de novas turmas. Recebi ainda muita gente querendo fazer um cadastro antecipado para não perder o próximo ensejo”, contou Miro. Assim como ele, também a professora Cristina Jorge espera que, em breve, seja possível dar início a novas turmas do Brasil Alfabetizado. E faz planos para o futuro. “Vamos trabalhar para que possamos levar o curso e esta metodologia para alfabetizar alunos de municípios vizinhos a São Paulo”, avisou.



Alunos do Projeto Brasil Alfabetizado.

M inistério Públ ico do Trabalho tem os instrumentos necessários para o combate à discriminação

Em entrevista ao Programa Negros em Foco, da Afrobras, transmitido pela TV RBI, canal 14 UHF, São Paulo e Brasília, a procuradora-geral do Ministério Público Federal do Trabalho (MPT), Sandra Lia Simon, explica como a estatística está sendo usada pelo órgão para confirmar a existência de discriminação no mercado de trabalho. Sandra Lia fala ainda de trabalho infantil e de como a desigualdade na contratação de negros e mulheres pode contribuir para o aumento do número de crianças que trabalham nas ruas das grandes cidades.

Negros em Foco - Quais os principais trabalhos realizados pelo MPT?

Sandra Lia - O MPT é uma instituição do Estado que tem como atribuição a defesa dos direitos humanos decorrentes das relações de trabalho. Nós atuamos em todas as irregularidades trabalhistas que digam respeito aos trabalhadores e à sociedade, ao mundo

do trabalho. Temos escolhidas, pelo colégio de procuradores, seis metas prioritárias institucionais. A primeira delas é a luta pela erradicação do trabalho escravo, a segunda pelo fim do trabalho infantil, a outra, em defesa da saúde do trabalhador – que chamamos de meio ambiente do trabalho –, o combate às irregularidades trabalhistas, as fraudes nas relações de trabalho (como cooperativas fraudulentas, falsos estágios, a terceirização ilícita), a quinta meta é o combate a irregularidades na administração pública para evitar que se contrate sem a observância do preceito do concurso público, ou seja, para evitar a contratação de apadrinhados, e a sexta meta prioritária é o combate à discriminação.

Negros em Foco - Na opinião da senhora, qual o fundamento da discriminação, por que ela ocorre?

Sandra Lia - Na verdade, toda a questão, o problema que envolve a discriminação tem um fator cultural muito significativo. De anos de história. Mas isso não deve justificar em hipótese alguma a existência da discriminação.

E o MPT tem meios e instrumentos processuais muito importantes para fazer cessar este tipo de atentado ao direito humano, que, no caso da discriminação, o que é vilipendiado é o direito da igualdade. Desta forma, o MPT tem como função institucional utilizar todo o instrumental de que ele dispõe para fazer cessar a prática da discriminação e, desta forma, contribuir para que o aspecto cultural termine mudando, a partir de uma atuação mais agressiva.

Negros em Foco - De que maneira a discriminação se manifesta no mundo do trabalho?

Sandra Lia - São muitas as formas de discriminação. As mais conhecidas e as mais antigas são as discriminações de negros e de mulheres. Há

também, hoje em dia, a discriminação por idade. Há pessoas que a partir dos 40 já não encontram abertas as portas do mercado de trabalho. Há ainda a discriminação de pessoas com deficiência, de pessoas com problemas renais crônicos, portadoras do vírus HIV. Hoje em dia há discriminação contra pessoas obesas, porque o padrão de beleza é de magreza, e quem foge deste padrão acaba sendo discriminado. Então o leque que possibilita a discriminação do ser humano no mercado de trabalho é muito grande. E vai mudando conforme a evolução da própria sociedade.

Negros em Foco - Podemos dizer que a discriminação contra negros e mulheres é a mais freqüente?

Sandra Lia - É a mais freqüente e a mais antiga. Por incrível que pareça, é muito desagradável dizer isto.

Negros em Foco - Ela é invisível?

Sandra Lia - Invisível ela não é.

Negros em Foco - De que forma a gente consegue detectar? Quais as ferramentas que o MPT tem para identificar esta discriminação contra negros e mulheres no mercado de trabalho?

Sandra Lia - Nós lançamos recentemente em Brasília um projeto para a inclusão/inserção de negros e mulheres no mercado de trabalho. Na verdade, é um projeto piloto. Foram escolhidas cinco empresas que têm ramificações em todo o território nacional. E verificou-se, com base em dados estatísticos, que naquelas empresas a população trabalhadora não corresponde às diferenças de raça e gênero da cidade onde estão localizadas. Então, este é um instrumental



Dra. Sandra Lia Simon

que estamos utilizando e vai servir para dar possibilidade e oportunidade para que as empresas façam a adequação - antes de entrarmos com uma ação judicial - à realidade do local onde ela está localizada.

Negros em Foco - Por exemplo, na Bahia, que é um Estado predominantemente negro, pode existir uma empresa que quase não tem afro-brasileiros em seu quadro de pessoal. Isto seria uma irregularidade, segundo o MPT?

Sandra Lia - Exatamente. Neste plano piloto utilizamos cinco empresas

apenas em Brasília. Mas o projeto será expandido para todo o território nacional e o nosso método de trabalho vai ser exatamente este: fazer uma comparação entre a população que trabalha na empresa e os dados estatísticos da população da localidade onde está a empresa, no que diz respeito à raça e gênero. Se a empresa quiser, ela fará um termo de ajustamento de conduta com o MPT, comprometendo-se em fazer observância deste quadro de diversidade de negros e mulheres dentro da sua



Valéria Riccomini, banco Itaú e alunos do projeto Itaú/Unipalmares

empresa. Se isso não for possível, nós ingressaremos com ações civis públicas, pedindo que haja uma determinação judicial de maneira a esclarecer que a empresa deve obedecer este mapeamento de raça e gênero dentro do seu quadro de pessoal.

Negros em Foco - Um dos argumentos mais utilizados para a não contratação de negros é que a população desta etnia não teria qualificação necessária para o mercado de trabalho. Mas sabemos que isso não é verdade.

Sandra Lia - Tanto não é verdade que nós temos prova. Por esse nosso projeto piloto, com base em dados estatísticos, nós já percebemos e vamos provar isto perante o juiz do trabalho, que vai ser o órgão do poder judiciário competente para julgar esta ação, se ela efetivamente for proposta, se for necessária esta propositura. Vamos provar que negros e mulheres destas cinco empresas têm uma qualificação educacional maior do que a dos homens brancos. Ou

seja, para ter o mesmo salário, ou para ter o mesmo acesso ao emprego, um negro ou uma mulher, e mais ainda, uma mulher negra, precisa ser muito melhor do que o homem branco. Primeiro, é preciso ser melhor para conseguir entrar nesta empresa, segundo para ascender a cargos de chefia e terceiro para ter um salário maior. Então, isso também fica comprovado com estes dados estatísticos. Este argumento de que a qualificação de negros e mulheres é menor do que a dos homens brancos é absolutamente equivocado.

Negros em Foco – Qual a origem destes dados estatísticos que o MPT está lançando mão neste programa?

Sandra Lia - São do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que está sendo um grande parceiro do MPT no mapeamento e no cruzamento destes dados. Isso porque nós precisaríamos primeiro criar, na estrutura do MPT, um setor que fizesse, que tivesse condições técnicas

de fazer este mapeamento, para que pudéssemos mostrar para o juiz a existência objetiva desta disparidade entre as populações de trabalhadores e as populações gerais daquelas localidades. O IPEA vem sendo um parceiro fundamental. Muitos servidores da instituição, muitos trabalhadores do IPEA fazem este trabalho conosco fora de seus horários de trabalho. Porque eles ficaram também absolutamente encantados com o projeto e sentem que, como cidadãos, também podem dar esta contribuição.

Negros em Foco - A discriminação provoca muitos outros tipos de problemas. Que tipos de outras distorções acabam sendo geradas por conta desta forma desigual de tratar os negros no mercado de trabalho?

Sandra Lia - É óbvio que, a partir do momento que uma pessoa ganha menos, ela tem menos acesso a uma alimentação mais saudável, a uma moradia mais digna, a um lazer que vai possibilitar um desenvolvimento de suas potencialidades, principalmente as potencialidades de seus filhos. Porque a criança precisa de lazer para desenvolver a sua potencialidade. E esta também é outra visão absolutamente falsa que se difunde, de que é melhor uma criança trabalhando do que uma criança na rua sujeita ao ócio, sujeita à criminalidade. A criança não deve trabalhar. A criança deve ter condições de desenvolver suas potencialidades para tornar-se um ser humano mais digno, para encontrar a sua honradez, para encontrar seu lugar ao sol, seu lugar no mundo. Então, toda essa diferença de salário

acaba acarretando consequências em toda a vida da pessoa. No acesso à educação, enfim, isso tudo vira uma verdadeira bola de neve porque, a partir do momento em que a pessoa ganha menos, ela vai ter muito menos condições de se desenvolver.

Negros em Foco - *Falando um pouco sobre o trabalho infantil, os registros do MPT apontam que as crianças afro-brasileiras são as que sofrem mais com este problema?*

Sandra Lia - Não tenha dúvida. É exatamente por conta desta discriminação que a população afro-brasileira acaba sofrendo no mercado de trabalho. Isso cria muita dificuldade para os pais que não têm como dar uma educação adequada para suas crianças. Obviamente, é um fator que acaba levando essas crianças ao trabalho na rua e em outros locais.

Negros em Foco - *A questão econômica acaba influenciando nisso?*

Sandra Lia - Sim, claro. E na questão do trabalho infantil ela é ainda mais delicada. Porque não basta tirar a criança do trabalho. É necessário dar condições para que a sua família possa subsistir. Porque, muitas vezes, o dinheiro levado para aquela casa, àquela família, é o da criança. Por isto não basta apenas tirar a criança da rua. Por isso, a atuação do ministério público do trabalho na questão do trabalho infantil é mais limitada. Porque depende também de iniciativas do governo, de políticas públicas, como a criação do PETI que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Bolsa Escola, para dar uma sustentabilidade àquela família,

e permitir que a criança permaneça na escola, em casa, e não trabalhe.

Negros em Foco - *O Programa de Promoção de Igualdade, realizado pelo MPT, está atuando inicialmente em cinco empresas. São cinco instituições financeiras, bancos, é isso?*

Sandra Lia - É verdade. São cinco bancos. E por que nós escolhemos bancos para começar este projeto? Nós temos certeza que, com o sucesso desta iniciativa, não precisaremos propor ações necessárias envolvendo estas empresas. Porque o projeto, além de ser objetivo e ter uma força de coação, de decisão judicial, ele também vai servir como paradigma, de forma educativa para todos os empresários, para todas as empresas perceberem que o MPT, um ramo do ministério público, está atento à questão da discriminação no mercado de trabalho. E se eu não for resolvendo esta questão na minha empresa, mais cedo ou mais tarde, o MPT vai me instar a fazer isso, e serei obrigado a fazer. Então, nós acreditamos que este projeto vai, além de ter um poder pontual de forçar as empresas a cumprir uma decisão judicial, também vai ter esta conotação educativa, que colaborará com esta mudança de cultura, com relação à discriminação

Negros em Foco - *Qual a receptividade? Como as empresas estão recebendo este programa?*

Sandra Lia - Isso foi muito interessante. Porque, quando nós escolhemos bancos, o objetivo foi exatamente esse. São cinco grandes instituições financeiras, que têm ramificações em todo o País. E atuam num setor, fa-

zendo um trabalho que todas as pessoas precisam. Então é muito fácil detectar problemas. A discriminação já é patente quando a gente chega numa agência bancária. Você já verifica que o número de negros e de mulheres é muito menor. Então, foi um segmento em que este nosso projeto piloto ficaria mais fácil, mais exequível. E o que é muito interessante, os bancos já têm participado de audiências. Estes cinco bancos já foram chamados para audiências administrativas no ministério público do trabalho e na procuradoria geral do trabalho, em Brasília. E o nosso coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade, Otavio Brito Lopes, percebeu uma mudança muito drástica no posicionamento dos bancos. Nós estávamos praticamente certos de que estas instituições não aceitariam fazer este termo de ajustamento de conduta perante o MPT e que nós teríamos que ingressar com ações judiciais. Agora, percebemos uma mudança no próprio posicionamento dos bancos. Eles estão mais dispostos a fazer este termo de ajustamento de conduta perante o MPT, o que é muito positivo.

Negros em Foco - Existem outros setores na mira do MPT?

Sandra Lia - Já estamos disseminando o Projeto para todo o Brasil, também em instituições financeiras. É preciso ter em mente que esta ação está apenas começando. Mas que, certamente, vai render frutos muito importantes. Em um ano, certamente teremos dados mais objetivos para apresentar a toda a sociedade.



*Por: Luiz Roberto Barradas Barata.
Secretário de Estado da Saúde
de São Paulo*

saúde e o negro

A questão do preconceito racial ganhou força nas páginas do noticiário brasileiro das últimas semanas. Há bons e maus exemplos nesse sentido. O episódio do atacante

Grafite, do São Paulo, insultado por um jogador do time adversário, foi parar nas páginas de jornais de todo o país e do exterior, causando reações de indignação e espanto, como não poderia deixar de acontecer.

Logo em seguida veio a cartilha “politicamente correta” editada – e felizmente recolhida - pelo governo federal, que proibia, com as devidas aspas, o uso de termos como “a coisa

está preta”. Fosse levado a sério, o documento poderia reunir forças para censurar livros e até retirar do mercado CDs de Chico Buarque que contivessem a canção “Meu caro amigo”, por citar o termo em um de seus versos.

Exageros à parte, o fato é que o debate racial no Brasil vem avançando no rumo certo e a passos largos, muito mais do que em outros cantos do planeta, onde os ranços de preconceito e violência contra negros são notoriamente maiores. Pela sua própria condição de país mestiço, o Brasil vem dando exemplos contundentes nessa seara, com o fundamental apoio das Organizações Não Governamentais

e o comprometimento do poder público.

Porém, ainda é necessário ampliar as ações e políticas, não para erradicar o preconceito, mas para garantir cada vez mais a inclusão social do negro em áreas como educação, mercado de trabalho e saúde. Esse é um desafio que não se supera com cartilhas, mas com conscientização e projetos integrados, comprometidos verdadeiramente com a construção de uma sociedade decididamente mais justa e democrática.

Em se tratando políticas públicas, o Estado de São Paulo vem acumulando boas notícias para contar quando

o assunto é a saúde da população negra. Em maio último, pelo segundo ano consecutivo, a Secretaria de Estado da Saúde promoveu, juntamente com o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, um seminário estadual sobre o assunto, reunindo gestores do SUS (Sistema Único de Saúde) e membros de ONGs para expor os dados mais recentes sobre o tema, conhecer experiências em ações de saúde para a população negra e sensibilizar as prefeituras para incluir a diversidade racial/étnica em suas políticas de saúde, visando assegurar a devida igualdade no atendimento médico-hospitalar.

Nos últimos levantamentos sobre a saúde paulista, a Secretaria constatou que o número de óbitos provocado pela Aids é mais alto entre a população negra. Outras doenças de grande incidência, como a tuberculose, também mais freqüentes entre os negros e, portanto, merecem especial atenção e melhor direcionamento de ações governamentais para reduzir a vulnerabilidade dessa população.

As áreas de emprego e formação de profissionais da raça negra também tem força na saúde paulista. Basta citar que a Secretaria da Saúde é a que mais emprega negros dentre todas as pastas estaduais. Mas não é só. Man-



Luiz Roberto Barradas Barata, Secretário de Estado da Saúde de São Paulo

temos, em parceria com a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), um curso de extensão em administração hospitalar para capacitar nossos funcionários. Do total de alunos, 50% são negros.

Oficial administrativo do Hospital Geral de São Mateus, Armando Venâncio Ferreira é um dos alunos do Curso Sequencial de Gestão em Saúde da Unifesp, com bolsa da Secretaria. Negro, ex-interno da Febem e órfão desde os quatro anos de idade, Ferreira é o exemplo de como ações integradas do poder público podem e devem auxiliar cidadãos de todas as raças e credos a

superar obstáculos, conquistando seu espaço no mercado de trabalho e vivendo de forma digna.

O governo do Estado de São Paulo está ciente de que é ainda longa a trilha a se percorrer para que a diferenciação marginalizadora ou excluente entre negros, brancos e pardos seja abolida na prática. Ao mesmo tempo, o poder público estadual não foge às suas responsabilidades, dá o exemplo e põe a saúde como prioridade, contribuindo para que a palavra preconceito seja substituída cada vez mais por respeito e solidariedade em todo o Brasil.

A importância do apoio terapêutico

*Por: Maria Célia Malaquias - Psicóloga – psicodramatista - Mestre em Psicologia Social
Coordenadora do NAP - Núcleo de Apoio Psicológico da Unipalmares*

O NAP - Núcleo de Apoio Psicológico da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – foi criado a partir de nossa experiência como alunos. Quando universitários, muitas vezes sentíamos necessidades de dialogarmos sobre nossas vivências, mas tínhamos dificuldades de encontrar interlocutores. Invariavelmente, éramos os únicos negros em sala de aula e até mesmo na Faculdade. Nas poucas tentativas de diálogo, nossa sensação era que falávamos de um lugar em que o outro não queria ou não podia compreender.

Nas discussões preliminares de criação da Zumbi dos Palmares nos propusemos a criar este espaço de apoio psicológico para os alunos, baseando-nos em nossas experiências pessoais e profissionais e tendo como referência o trabalho de alguns colegas que desenvolvem projetos semelhantes em algumas universidades na cidade de São Paulo.

Há um consenso entre nós, psicólogos, da importância de um apoio terapêutico aos universitários, visando acolher e ajudar na elaboração de eventuais conflitos emocionais advindos desse importante período da vida acadêmica. Nesse sentido, entendemos que os universitários da



Maria Célia Malaquias

Unipalmares lidam com as mesmas questões, talvez em grau maior, por serem acrescidas das questões que envolvem o quesito racial.

O estudo acadêmico é um valor precioso para uma grande parte da população negra.

A luta para ingressar neste universo é árdua e, uma vez ingresso, a luta continua para se manter e chegar até à conclusão do curso. São inúmeras as superações, não só econômicas, mas, também ligadas à auto-estima. É comum a sensação de medo de

não conseguir e, ao mesmo tempo, a sensação de obrigatoriedade por conseguir, que geram um clima de tensão emocional, interferindo de forma significativa no processo ensino - aprendizagem.

Nesta perspectiva, o NAP, oferece atendimento gratuito aos alunos da Unipalmares, que se inscrevem espontaneamente e são atendidos individualmente por uma psicóloga da equipe.

Temos uma procura significativa e, devido à demanda, oferecemos a cada aluno um número limitado de consultas individuais e posteriormente há encaminhamento para terapia em grupo.

A equipe de profissionais do NAP presta serviços voluntários semanalmente e é formada pelas psicólogas: Cristina Malaquias, Edna Souza Santos, Maria Célia Malaquias e Viviane Anibal.

Nosso empenho visa a atender todos aqueles que nos procuram. Estamos caminhando para isso, e contamos com o apoio incondicional dos alunos, professores e direção e acreditamos que juntos estamos contribuindo para uma formação acadêmica que leva em conta a formação pessoal e profissional em que todos são partícipes desta construção.

J ustiça Federal concede direito de resposta a religiões afro-brasileiras



Representantes do Intecab e do Ceert: da esquerda para a direita (em pé): Babalorixá Francisco d'Oxum; Mãe Márcia Pinho; Babalorixá Rozevaldo d'OXumaré; dr. Daniel Teixeira (Ceert); Pai Cássio Lopes Ribeiro; Babalorixá José Carlos d'Ibualamo e Babalorixá Carlos d'Oxum. (Sentados) Iyalorixá Ada d'Omulu; Egbomy Conceição Reis d'Ogum; Toy Vodunnun Francelino de Shapanan; Iyalorixá Sylvia d'Oxalá e Babalorixá Pércio de Xangó

Numa decisão inédita da Justiça Brasileira, o Tribunal Regional Federal (TRF) concedeu liminar obrigando as emissoras Record e Rede Mulher de Televisão a cederem estúdios, equipamentos e pessoal para a produção de um direito de resposta aos praticantes de religiões afro-brasileiras ou de matriz africana. A ação, proposta pelo Ministério Público Federal, em conjunto com o Intecab (Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira) e o Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade), em novembro de 2004, foi julgada pela juíza federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, da 5ª Vara Federal Cível de São Paulo. Ela concedeu o direito de resposta por entender que os proponentes foram vítimas de preconceito por parte dos programas religiosos “Sessão de Descarrego”, da Record, e “Mistérios”, da Rede Mulher. As duas emissoras entraram com recurso contra a decisão, que deverá ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A liminar concedida pela juíza Marisa Cláudia Gonçalves obriga as emissoras citadas a exibir, no mesmo horário das atrações religiosas, durante 7 dias consecutivos, um programa com uma hora de duração, contendo o direito de resposta. Além disso, a decisão obriga as duas emissoras a exibir três chamadas, uma pela manhã, outra à tarde e outra à noite, informando que haverá a transmissão do programa. “Por opção, decidimos gravar na TV PUC, que abraçou a nossa causa, em vez de utilizarmos os estúdios das emissoras”, disse Pai Francelino de Shapanan, coordenador do Intecab (Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira).

Segundo Mãe Conceição Reis d’

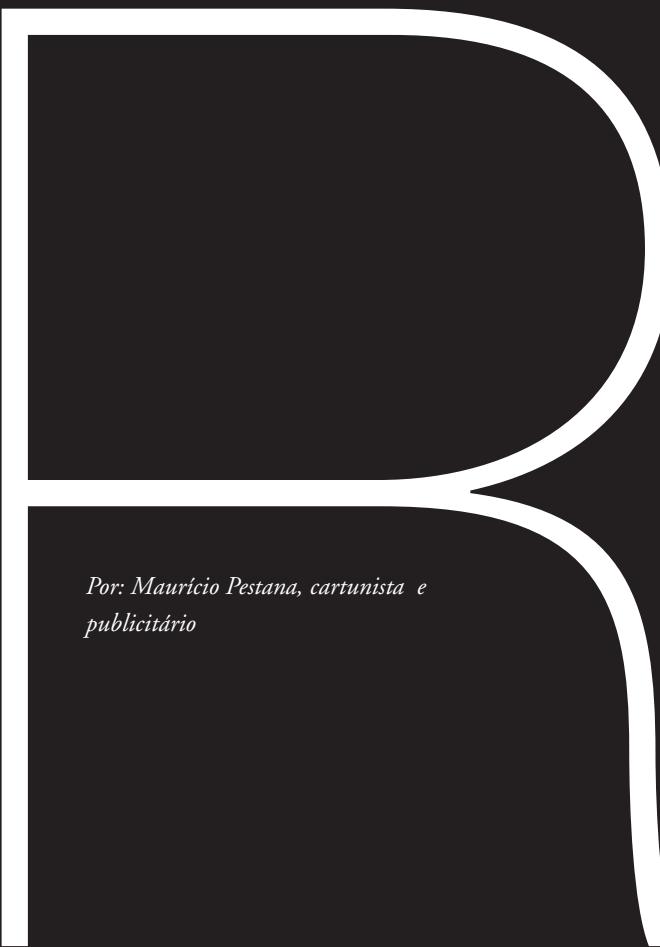
Ogum, da Comissão de Comunicação e Relações Públicas do Intecab, cerca de 100 pessoas participaram da gravação do direito de resposta, dirigido pelo cineasta Joel Zito Araújo. “Estavam presentes sacerdotes de 15 religiões de matriz africana, entre elas, das tradições de Angola, Keto; Efan, Tambor de Mina Jeje/Nagô; Africana; Umbanda e Nagô Egbá. Participaram ainda representantes da Igreja Católica, do Zen Budismo, da Congregação Israelita; do Espiritualismo, da Igreja Presbiteriana, da Religião Islâmica e também lideranças do movimento negro, estudiosos, professores e juristas. Levamos em conta toda a diversidade que existe no Brasil”, conta Pai Francelino. Entre os que gravaram depoimentos no direito de resposta estavam o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, o rabino Alexandre Leoni, da Congregação Israelita de São Paulo, o Reverendo Elias de Andrade Pinto, da Igreja Presbiteriana Independente, o deputado estadual Sebastião Arcanjo e o professor Laurindo Leal Filho, do Fórum de Entidades Paulistas pela Ética na Programação de Rádio e TV.

O direito de resposta, de acordo com o coordenador do Intecab, é, na verdade, o fim de um processo que começou ainda no final dos anos 90 e que teve como um de seus pontos altos uma passeata realizada em São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2003. Naquele dia, representantes de religiões de matriz africana e de movimentos da sociedade civil em defesa dos Direitos Humanos entregaram ao Ministério Público Federal (MPF) uma representação que solicitava medidas contra os ataques dirigidos aos praticantes de religiões de matriz africana por emissoras de te-

levisão. Um ano depois, em 2004, a representação se transformou numa Ação Civil Pública proposta pela ex-procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Eugênia Fávero – hoje substituída pelo procurador Sergio Gardenghi Suiama –, e também assinada pelo então coordenador da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, Hélio Silva Júnior, atual secretário da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

Foram gravados mais de 700 programas das duas emissoras de televisão, material que foi fundamental para o resultado final do processo. “Além disso, agradecemos muito à dra. Eugênia que assumiu e abraçou a nossa causa. Foi muito importante uma promotora abraçar uma causa de minoria, de gente discriminada e perseguida como nós”, complementa Mãe Conceição d’Ogum.

De acordo com a decisão da Justiça Federal, “certas expressões usadas pelos dois programas para se referir aos praticantes de religiões de matriz africana, são preconceituosas, fato que pode ser comprovado através das cópias em VHS anexadas ao processo”. Na avaliação da juíza Marisa Cláudia Gonçalves, “é possível a identificação dos ataques à religião com o intuito de menosprezar quem as pratica (referidos como bruxos, feiticeiros, pais de encosto)”. Segundo ela, a ação não diz respeito apenas aos direitos dos praticantes das religiões afro-brasileiras, uma vez que o artigo 3º da Constituição Brasileira impede qualquer forma de preconceito. “O MPF está em defesa, não só dos adeptos e praticantes das religiões afro-brasileiras, mas de bens sociais e culturais de toda a sociedade, como o respeito e a não-discriminação, direitos esses de natureza indivisível”, escreveu em sua decisão.



Por: Maurício Pestana, cartunista e
publicitário

religião e Cultura Negra

Os valores culturais dos diversos povos que habitam a terra estão estreitamente ligados às suas manifestações de fé e religião.

É impossível desassociarmos o jeito de ser das populações de cada região do planeta sem levarmos em consideração o peso que a religião e a fé desempenharam para sua evolução cultural. A religião é tão determinante na identidade cultural de um povo que sempre foi usada como forma de domínio, perseguição e genocídio em diferentes momentos ao longo da his-

tória da humanidade. No caso específico do negro no Brasil, a discriminação histórica sofrida pelas religiões de matrizes africanas fizeram com que os negros utilizassem diversas estratégias para que a religião sobrevivesse até os dias de hoje.

Se por um lado a igreja católica durante séculos optou pelo enfrentamento, a perseguição e a proibição dos cultos vindos da África, por outro os afro-brasileiros tiveram como estratégia o diálogo à tolerância, desembocando no sincretismo religioso, uma forma pacífica

de manter viva a religião. O resultado desta verdadeira revolução silenciosa e de paz das religiões afros, é que hoje temos em nosso país uma igreja católica mais aberta, mais moderna, que integra com cultos afros em várias de suas manifestações culturais religiosas. Foi a vitória da tolerância e da resistência negra tendo como arma a cultura e a fé. Na contramão desta história uma outra corrente do cristianismo vem cometendo os mesmos erros, com perseguições, difamações e discriminações do catolicismo medieval.



Maurício Pestana

Algumas religiões evangélicas tentam estabelecer muro entre o bem e o mal, entre os que estão do lado de Deus e os que estão do lado do Diabo. Do bem, é claro, sempre estão os adeptos de suas doutrinas, e do mal adeptos das religiões de matrizes africanas. O que nos chama mais atenção é novamente a estratégia de intolerância e a associação que esses religiosos fazem das religiões afros à coisas do mal, exatamente como no passado, inclusive já com registro de agressões e violência contra templos religiosos afros

em pleno século XXI. O que não fica muito claro na ação dessas religiões, são os verdadeiros motivos dessa pregação odiosa. Sabemos que luta para angariar novos adeptos é uma das metas desses ataques, mas isso por si só não justificaria tamanho ódio, tamanha arrogância.

Acreditamos que por trás disso está o velho e já conhecido por nós racismo. A forte presença negra nesses cultos, aliada a muitos ex-adeptos das religiões de matrizes africanas levando consigo a bagagem cultural do negro, faz com que setores dessas Igrejas começem a enxergar o negro não mais apenas como uma ovelha que aumenta o seu rebanho.

Hoje, a presença cultural negra é sentida na música, na dança, no consumo e na direção desses cultos. Algo de diferente começa a acontecer. É preciso doutrinar e controlar e não

existe forma mais antiga e racista de se controlar do que atacar sua identidade cultural e seu passado religioso, desestruturando e desqualificando através de um racismo velado, suas raízes. Resta saber se esses novos adeptos irão optar pela simples posição de novas ovelhas, ou irão fazer como os irmãos do hemisfério norte, que tiveram que dar como resposta ao racismo e à segregação religiosa cristã, uma forma diferenciada e negra de pregar o amor à Cristo, sem perderem suas identidades culturais e nem renegá-las, fazendo com que as Igrejas evangélicas negras sejam uma das maiores, se não a maior manifestação cultural do povo negro norte-americano.

Resta também saber se a resistência pacífica e secular das religiões de matrizes africanas permanecerá tão pacífica diante de tantos ataques, principalmente por armas tão poderosas e modernas como os meios de comunicação evangélicos.

A verdade é uma só, tanto na igreja católica, como na evangélica ou em outras religiões, a presença negra com sua bagagem cultural milenar, continuará sempre fazendo a diferença.



Foto: vidologia comunicação

Pelos direitos sociais

*Por: Pe. Marcelo Rossi e D.Fernando Figueiredo,
Bispo de S.Amaro*

Se em nossa sociedade encontramos tantos sinais de violência e de morte, há também, felizmente, sinais claros de esperança. Estes são representados pelos heróis do cotidiano e pela sensibilização social de movimentos em favor da vida, contrários à guerra e à pena de morte. Neste mesmo sentido, nos jornais e outros meios de comunicação não só se denuncia, mas também há anúncios e uma convocação em favor dos direitos sociais.

Sempre mais se torna consciente que todos têm direito à educação, como também ao trabalho, à moradia, à saúde, ao lazer, a um governo bom, à liberdade e à justiça social. De fato, a consciência crescente das discriminações que atingiram os direitos de determinadas classes e pessoas, levou sempre mais a uma aplicação concreta destes direitos em nossas sociedades. Ao mesmo tem-

po, devemos reconhecer que falta muito para que eles se realizem concretamente e de modo mais pleno. Quantos são ainda hoje discriminados? É só vermos o número enorme de desempregados e de pessoas que não têm acesso a uma educação, até mesmo básica. Por isso lançamos um grande apelo em favor do mutirão social para a superação da miséria e da fome. Que o Senhor nos ilumine e nos fortaleça neste empenho, para que unindo nossos esforços vejamos respeitados e realizados tais direitos em nosso Brasil.

Temos consciência de que a pobreza, como fenômeno mundial, é contrário à vontade de Deus, pois contraria a norma bíblica da destinação universal dos bens criados. A opção preferencial pelos pobres, escreve o Papa, é uma “forma especial de primazia no exercício da caridade cristã”. Fundamenta-se no

amor expresso por Jesus a todas as pessoas, Ele que teve um carinho todo particular para com os pobres e os rejeitados.

Ao falarmos de pobreza consideramos a pobreza material como um elemento determinante, porque a falta de casa, veste, alimento e trabalho atenta contra a dignidade e a vocação transcendente da pessoa humana, em sua filiação divina. Mas não é este o único elemento. Existem diversos tipos de pobreza, por força da destinação universal de todos os bens, como a participação na vida social e política, a cultura e o conhecimento religioso. Nossa opção pelos pobres leva em conta todas estas dimensões do ser humano e nos convoca a contribuir para a construção de um mundo renovado. Senhor, fortaleci nosso amor por vós e fazei crescer o nosso amor pelos nossos semelhantes, na doação generosa de nós mesmos.

B rasil: Impostos, burocratas e a Idade Média

Por Rosenildo Gomes Ferreira - Jornalista da Revista IstoÉ Dinheiro

Quem é profissional liberal – médico, advogado, professor ou jornalista, por exemplo – já se acostumou a ver boa parte de seus rendimentos subtraídos pela sanha arrecadadora do governo. Os tributos, as taxas e as contribuições, como bem sabemos, servem para financiar os gastos públicos com saúde, educação, segurança etc. e, em última análise, funcionam como um potente instrumento de Justiça Social. Ou seja: paga mais aquele que tem um rendimento maior. No Brasil – o vice-campeão em matéria de concentração de renda; perdemos apenas para a conturbada Serra Leoa – há muito que os integrantes da Receita Federal, órgão encarregado de normatizar e recolher os tributos, vêem os demais brasileiros apenas como alvos a serem atingidos. O comportamento dos burocratas deste órgão não se difere muito do “modus operandi” dos salteadores do período medieval. À espreita atrás de árvores,

prontos para saquear viajantes após a primeira curva. O que difere esses burocratas dos malfeiteiros da Idade Média é que, ao invés da força bruta eles têm à mão a caneta que assina, cria ou modifica as leis e as normas de conduta. O verdadeiro cipoal tributário torna o Brasil um país singular, já que é a única nação civilizada que massacra seus cidadãos com mais de 50 modalidades diferentes de instrumentos arrecadatórios: impostos, taxas e contribuições.

Pois bem. Com o discurso – correto, é bom ressaltar – de que era necessário um esforço adicional para reorganizar as contas públicas, o governo anterior elevou sistematicamente a carga tributária. O peso dos tributos chegou à incrível marca de 36,74% do Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro trimestre de 2000. Mudou o governo mas a derrama rediviva só fez aumentar. No acumulado janeiro-março de 2005, a arrecadação bateu

a casa dos 41,6% do PIB, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Ou seja, do total de riquezas geradas no período, o governo colocou no bolso a fantástica cifra de R\$ 181,71 bilhões. Um número tão gigantesco que nos obriga a refletir. Afinal, o que recebemos em troca? Bem, considerando a qualidade de nossas escolas, hospitais, a segurança pública, além do atendimento prestado pelos órgãos públicos, a resposta imediata é nada!

Os mais apressados, contudo, podem achar que o Imposto de Renda e outros tantos tributos só incidem sobre a classe média e as pessoas mais abonadas, que reclamam de barriga cheia. Antes fosse assim! Mas o mesmo IBPT mostra que nenhum brasileiro, independentemente do estrato social, escapa dos salteadores da Receita Federal. A cada ano trabalhado, entregamos o equivalente a 140 dias de suor para o governo,

na forma de tributos (IR) e contribuições (INSS e sindicais). A esse montante devemos acrescer outros tantos de âmbito federal, estadual e municipal, embutidos nos produtos e serviços. Alguns exemplos: do preço pago pelas flores que entregamos à namorada, o governo fica com 18,69%. O mesmo vale para o bombom (35,25%), os artigos de vestuário (37,84%), o DVD (51,59%), o aparelho de barbear (41,98%), o jantar no restaurante (33,51%) e por aí vai. Resumo dessa ópera-bufa: somos garfados do café da manhã até o jantar.

No afã de tirar do limbo a tal Justiça Social, os legisladores redistribuíram o bolo tributário, na Constituição de 1988, aumentando a fatia de Estados e Municípios. Afinal, devem ter pensado, moramos no Município e no Estado, nunca na União. O governo central, no entanto, não se deu por vencido. Passou a criar contribuições das mais diversas, além de inflar a alíquota das taxas existentes. Um instrumento duplamente nefasto. Primeiro porque sufoca a produção e encarece os produtos e segundo porque como se trata de contribuição, ele não precisa dividir o butim com os demais entes federativos. Já ouviu falar em CSLL e Cofins? E a famigerada CPMF? Tem, ainda, uma que é tão peculiar que nem mesmo o presidente Lula sabia do que se tratava. Estamos falando da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).



Rosenildo Gomes Ferreira

Também conhecida como o imposto sobre os combustíveis, ela foi criada para financiar a construção e recuperação das rodovias. Como se vê, mais uma obra de ficção.

Ao nascer, sabemos que a vida nos reserva apenas duas certezas: a morte e os impostos. No entanto, mesmo para os padrões brasileiros, a situação está indo longe demais. Há algum tempo, o governo elegeu o carro – essencial para a produção da classe média e considerado luxo apenas em um País como o Brasil – como mais um caminho para aumentar a garfada sobre o bolso da população. Cál-

culos do jornalista Celso Ming indicam que em sete anos os tributos, tarifa de estacionamento em vias públicas, taxas e contribuições pagas para rodar com um automóvel Gol em São Paulo, por exemplo, alcançam incríveis R\$ 22,1 mil, valor idêntico ao de aquisição do veículo. Apenas com IPI, PIS/Cofins e ICMS gastamos, de cara, entre 26% e 30% (dependendo da potência do motor).

Mas não pára por aí. O Denatran, criado para normatizar o trânsito, também se especializou em avançar sobre a carteira dos patos, digo, brasileiros. Recentemente, este órgão criou uma lei que obriga os proprietários de veículos a trocar o extintor de incêndio por um modelo mais... caro. Mexeu nas regras para obter e renovar a habilitação, deixando o processo mais confuso, e consequentemente mais ... caro. Ao dirigir pelas vias públicas, devemos portar os documentos do carro. Inclusive o comprovante de pagamento do DPVAT e do IPVA, mesmo que seu veículo já esteja licenciado. Como pela lógica só é possível licenciar veículos isentos de débito, esses comprovantes deveriam ficar na gaveta. Mas está na lei. Se você for pego sem os tais papéis que provam o pagamento de todos esses débitos fiscais, como aconteceu com o autor destas mal traçadas linhas, será multado em algo como R\$ 70 e terá três pontos anotados na carteira. Afinal, aos olhos dos dublês de burocratas e salteadores, somos todos culpados!



Isabel Fillardis: "Tenho 12 anos de carreira, este é meu primeiro prêmio e ele tem a minha cor"

RACA

Uma recepção na área VIP do prédio-sede da Editora Símbolo, com muita gente bonita e música de primeira qualidade, marcou o lançamento do Troféu Raça Negra 2005. A premiação, uma espécie de "Oscar" da comunidade afro-brasileira, será realizada no próximo mês de novembro, em São Paulo, e com novidades. O Troféu Raça Negra deste ano fará também uma homenagem àquelas empresas que desenvolvem ações afirmativas de inclusão do negro na sociedade, informa a vice-presidente da Afrobras, Ruth Lopes, coordenadora geral do evento. "Como nos anos anteriores, será uma grande festa. Com muito glamour, muita gente bonita e talentosa, mas, principalmente, com a preocupação de homenagear e reconhecer o trabalho de pessoas realmente comprometidas com a causa do negro em nosso País", garante.

Pelo segundo ano consecutivo, a Editora Símbolo, através da revista Raça, surge como uma das principais parceiras da Afrobras na realização da iniciativa, e sua presidente, Joana Woo, promete empenho total. "É

uma honra a Símbolo receber o lan-çamento do Troféu Raça Negra. É um privilégio o trabalho da Afrobras contar com maior da neste even-nos integrar os patroci-nadores para que a festa uma maneira como ela me-repercussão promete Jo-a experiência responsável glo-mero do 24 revistas, 18 anos de Os primei-cinadores a do Troféu são e Camisaria parceiros que o evento são da Cultura, Roberto Ma-

TROFÉU RACA 2005

para a Editora receber o lan-çamento do Troféu Raça uma alegria e acompanhar maravilhosos que poderá apoio muito Raça Brasil to. Vamos junto com nadores para se realize de ra grandiosa rece, com nacio-nal", na Woo, com de quem é por um con-editorial com 14 marcas e mercado.

verno do Estado de São Paulo, Sesc/Senac, Canal Futura, Consulado dos Estados Unidos, Fundação Cultural Palmares. Iniciativa inédita no País, o Troféu Raça Negra está na sua terceira edição e conta com 15 categorias. Para este ano a organização do Troféu, além das categorias tradicionais como ator/atriz, cantor/cantora, revelação e grupo musical, colocará em votação empresas que, reconhecidamente, desenvolvam iniciativas que promovam a cidadania e os direitos humanos dos cidadãos. A escolha dos vencedores, como já é tradição, será feita pela população, que poderá participar do júri popular votando em seus artistas preferidos através do site www.trofeuracanegra.com.br e também pelo site da Revista Raça, www.revistaraca.com.br.

Em 2005, a produção Musical do evento será assinada pelo cantor e compositor Simoninha. Presenças confirmadas de Luiz Melodia, Isabel Fillardis, Rocco Pitanga, Emílio Santiago e Paula Lima, entre outros.

Agenda Cultural

Uma seleção do melhor da programação de arte e cultura

Por Rodrigo Massi e-mail: agendacultural@afrobras.org.br



Orquestra Filarmônica de Israel

Considerada uma das dez melhores do mundo, a Orquestra Filarmônica de Israel, sob regência de Zubin Mehta, se apresenta nos dias 08 e 09 de agosto na Sala São Paulo.

Criada em Tel-Aviv em 1936, por Bronislaw Huberman, com o objetivo de salvar músicos judeus do nazismo, a Filarmônica de Israel foi formada inicialmente por instrumentistas de destaque de orquestras da Alemanha e da Europa Central. A “orquestra de solistas”, característica pela qual é conhecida em razão da qualidade de seus integrantes, teve seu concerto inaugural regido no dia 26 de dezembro de 1936 pelo legendário Arturo Toscanini. Com o nome inicial de Orquestra da Palestina, somente com a Independência de Israel, em 1948, passa a ter o nome pelo qual é reconhecida mundialmente. Zubin

Mehta, diretor musical desde 1966 e diretor musical vitalício desde 1981, mantém uma relação de grande intimidade com a orquestra, garantindo sempre concertos de excelente qualidade. Já bastante conhecida pelo público paulistano, a última apresentação do conjunto sinfônico no Brasil ocorreu em 2001. No programa, será interpretada a Sinfonia nº 41, Júpiter, de Mozart e a Sinfonia nº 6 de Gustav Mahler.

Onde: Sala São Paulo. Rua Mauá, 51, Luz. Quando: 08 e 09 de agosto.

Nos dias do espetáculo, estudantes de até 30 anos e com a apresentação de carteirinha pagam 10 reais. Recomenda-se chegar com duas horas de antecedência. Outras informações pelo tel. 3258-3344.

www.culturaartistica.com.br

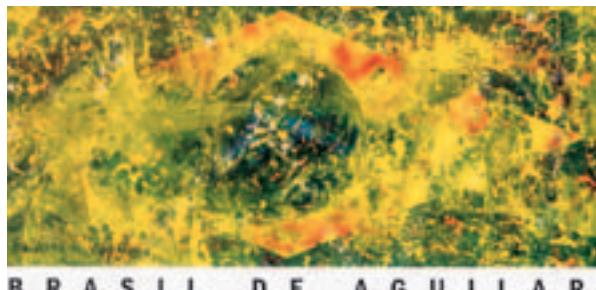
MAM-SP exibe faceta menos conhecida de Andy Warhol

Com acervo do MoMA-NY, a mostra “Andy Warhol: Motion Pictures” apresenta seleção da produção filmes do artista pop norte-americano autor da frase célebre “No Futuro, todos terão seus 15 minutos de Fama”

Com curadoria de Mary Lea Bandy e Klaus Biesenbach, ambos do The Museum of Modern Art, MoMA, de Nova York, o Museu de Arte de São Paulo apresenta a exposição “Andy Warhol: Motion Pictures”. Trata-se da exibição de parte da produção cinematográfica e experimental do artista Andy Warhol (1928-1987) vista por meio de 24 telões distribuídos pela Grande Sala do museu. Estão presentes também os Screen Tests, exibição de retratos filmados de “superstars”.

Onde: MAM –SP. Museu de Arte Moderna de São Paulo. Parque do Ibirapuera, portão 03 tel. 11 5549-

9688/5085/1300. Horários: terças a domingos e feriados das 10h às 18h. Ingressos: R\$ 5,50 (estudantes pagam meia). Crianças de até 10 anos e adultos com mais de 65 anos não pagam entrada. A entrada é franca aos domingos, durante todo o dia. Estacionamento gratuito no local. Quando: até 14 de agosto de 2005. www.mamsp.org.br



BRASIL DE AGUILAR

Brasil de Aguilar

A Galeria de Arte do Sesi apresenta a mostra “Brasil de Aguilar”, formada por 100 obras do sempre inovador artista paulistano José Roberto Aguilar. Com curadoria de Haron Cohen, a exposição está dividida em três séries: “As bandeiras dos Visionários”, “Cartografia Brasileira” e “Substantivo, adjetivo e verbo”.

Onde: Galeria de Arte do Sesi. Av. Paulista, 1313. Em frente à estação Trianon-Masp do metrô. Quando: até 17 de julho. De terça a sábado, das 10h às 20h e domingo das 10h às 19h. Entrada franca.

Outras informações: 3146-7405. www.sesisp.org.br



Infecção da Memória: Maria Bonomi na BM&F

A exposição, que propõe interação dos visitantes, comemora os 70 anos da renomada artista gravadora Maria Bonomi. Projeto e curadoria de João J. Spinelli

Bolsa de Mercadoria & Futuros

Onde: Praça Antonio Prado, 48. Quando: até 22 de julho. Entrada franca. Outras informações: 11 3119-2000.



Paixão pelo Cinema

Exposição “Loucos por Cinema” leva visitante à época dourada da Cinelândia paulistana

A mostra, com ambientação dos anos 1940-1950, apresenta seleção do fabuloso acervo do Museu do Cinema Antonio Vittuzzo e maquete da Cinelândia paulistana. Onde: Sesc Pompéia. Rua Clélia, 93 – Pompéia. Quando: até 24 de julho. Tel. 3871-7700. Entrada franca.

Teatro

Sketchbook

Com direção de Felipe Hirsch, a peça permite ao público presenciar as tentativas, rascunhos, sonhos, anotações e desenhos recolhidos durante o período de ensaios de “Avenida Dropsie”.

Onde: Teatro Popular do Sesi. Av. Paulista, 1313. Quando: até 24 de agosto. Quarta, às 20h. Em frente à estação Trianon-Masp do metrô. Entrada franca.

Internacional

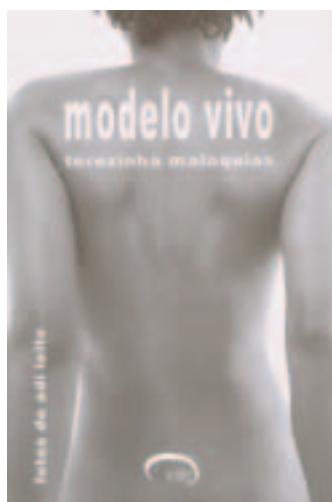
Ano do Brasil na França

Como uma forma de homenagem, todos os anos a França escolhe um país diferente para poder mostrar, em todo território francês, as facetas de sua diversidade cultural. O ano de 2005 foi escolhido para ser “O ano do Brasil na França”. Com uma variada programação de 300 eventos que já estão ocorrendo desde março, a Saison Culturelles (Temporada Cultural), como é conhecida, terá como ponto alto o 14 de julho – Data de Independência da França – ocasião em que o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva irá desfilar em carro aberto com o presidente da França Jacques Chirac. Para julho e agosto, estão previstos, entre outras atrações, a exposição “O Barroco no Popular o Popular no Barroco”, no Museu de Arte e História de Chambéry, os espetáculos de dança “Índios no Festival de Gannat”, no 32ème Festival de Gannat lès Cultures du Monde e a “A Dança das Máscaras Amazônicas”, em Montpellier. Mais informações no site www.anobrasilfranca.com.br

Livros

Modelo Vivo



Terezinha Malaquias, em seu livro, desmitifica a arte de ser modelo vivo, esclarece as dúvidas das pessoas que estão fora das Artes Plásticas e que muitas vezes fantasiam a profissão. Em seu livro, Terezinha observa que normalmente só se valorizam o desenhista, o escultor e o pintor. O Modelo, fonte de inspiração na feitura da obra, fica esquecido. Terezinha mostra como é ser uma modelo vivo e negra e conta que já enfrentou muito preconceito por causa da sua cor.

As fotos são de Adi Leite, Editora Via Lettera.

O Novo Direito Internacional Pùblico

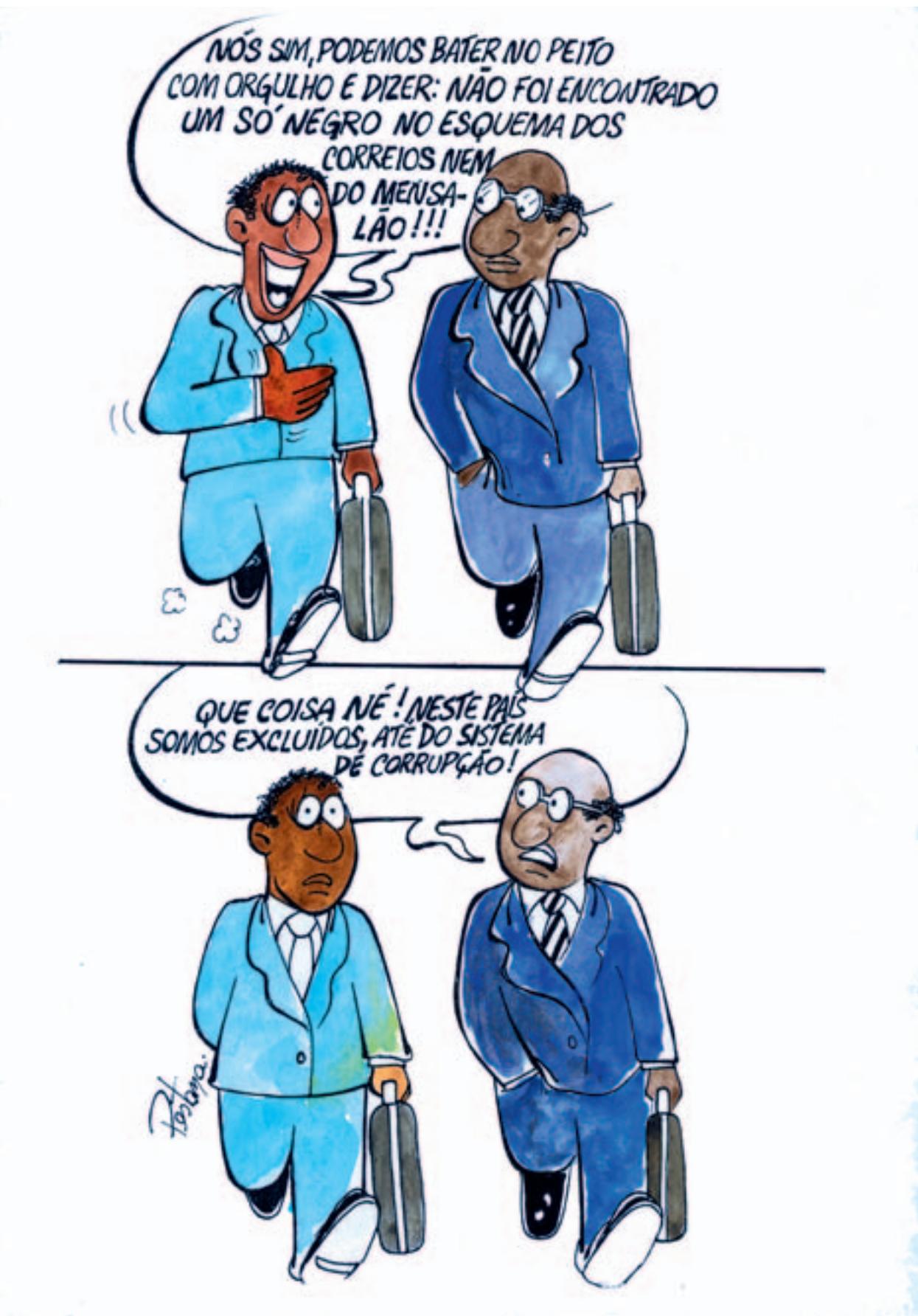


As leis que regem o Direito Internacional, na era globalizada, podem ser responsáveis pelo desenvolvimento, estagnação ou bancarrota de um país, principalmente de Terceiro Mundo. E como são hoje essas leis? Atendem ao interesse de todos, geram

justiça ou favorecem as nações mais poderosas?

Nada como ler o mais recente livro de Durval de Noronha Goyos Jr., um dos maiores especialistas em Direito Internacional do Brasil, para deduzir que a atual legislação favorece, sim, os poderosos, principalmente os Estados Unidos, em detrimento dos países subdesenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento. Com o título “O Novo Direito Internacional Pùblico e o Embate Contra a Tirania”, pela Editora Observador Legal, a obra reúne 65 artigos de Noronha, publicados em jornais e revistas especializadas. Em todos os capítulos o autor lança um olhar crítico a aspectos atuais da realidade global, sob a óptica do novo direito internacional público. Desta forma, a obra torna-se indispensável para a correta compreensão da dinâmica das relações internacionais.

Apoio: ABBA – Academia Brasileira de Belas Artes. O autor desta seção se mantém independente na emissão de suas opiniões.





Unipalmares
deve ser
respeitada,
estimulada e
compatibilizada nas
políticas públicas,
diz ministro da educação

Em sua primeira visita à Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, o então ministro da Educação Tarso Genro defendeu as ações afirmativas, lembrou que o atual presidente, Luis Inácio Lula da Silva, foi eleito com o compromisso de combate ao preconceito e de promoção destas iniciativas e reconheceu a importância do projeto da Unipalmares para o País. “Esta Universidade, pela civilidade que dá

à comunidade afro-descendente do Brasil, não deve ser apenas respeitada, mas também estimulada e compatibilizada nas políticas públicas que estamos desenvolvendo”, disse. Segundo ele, as políticas afirmativas são corretivas e necessárias porque representam um elemento estruturador nas democracias modernas que, embora se encontrem num estágio avançado, ainda admitem no seu interior desigualdades, originárias da estrutura social anterior, incluindo aí mecanismos que remontam aos tempos de escravidão, como aqui no Brasil. “Eu fico verdadeiramente passado em ver determinados intelec-

tuais e articultistas de vários jornais trabalhando contra as políticas afirmativas, como se elas significassem um atraso, quando, na verdade, elas constituem o centro da temática defendida na resistência política que originou a Revolução Francesa, e que obrigou as instituições jurídicas a se comunicar efetivamente com a vida real, com a vida concreta das pessoas”, defendeu.



Tarso Genro



Tarsó Genro; Ministro da Educação e alunos do Projeto Guri/Zumbi.

Em sua primeira visita à Unipalmares, Tarsó Genro conheceu as dependências da escola e participou de evento organizado para recepcioná-lo. De alunos do Projeto Guri e do programa Brasil Alfabetizado recebeu flores e conheceu ainda o Coral formado por alunos da Universidade. A presença do ministro da Educação na Unipalmares – primeira instituição de ensino da América Latina a ter em seu quadro de discentes 82% de afro-descendentes – representou um momento histórico, disse o reitor da entidade, José Vicente. “Compete à nossa geração de negros fazer mais uma parte da longa travessia em busca da igualdade e da justiça social. Para construir este caminho, nós temos muitos parceiros e não temos dúvida que, a partir de hoje, podemos contar também com a contribuição de vossa excelência”, disse. Estiveram presentes para recepcionar

o ministro, o Reitor da Unip, João Carlos Di Genio, o diretor da mesma instituição, José Augusto Nasr, o embaixador do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo, Jadiel Ferreira de Oliveira e a ex-deputada Theodosina Ribeiro, entre outros.

“O Di Genio, além de abrir as portas da UNIP para a Unipalmares e para os negros, não manda representantes. Ele vem como representante”, saudou José Vicente, explicando ao ministro que recebe do Objetivo apoio como apostilas e professores para os cursinhos comunitários da Afrobras e também apoio para a Unipalmares. “É uma ação de responsabilidade social. É um projeto no qual a UNIP se sente honrada em poder participar”, destacou Di Genio.

O reitor José Vicente fez questão de lembrar ao ministro Tarsó Genro que estão tramitando na Justiça diversas ações civis públicas para que a

“A discussão de cotas perdeu forças”
(José Vicente)

Lei 10.639 – que institui o ensino da História da África e dos Povos Afro-descendentes – seja cumprida. E pediu empenho do governo no cumprimento da legislação. “Nós temos uma dificuldade grande em convencer as instituições de ensino sobre a necessidade de capacitar professores para tratar deste tema. Faço então esta reivindicação para que o senhor esteja atento e dê um acompanhamento muito especial a isto, porque esta legislação é de suma importância para que nós possamos construir este País justo que precisamos”. Ao falar sobre a política de cotas, o reitor da Unipalmares lamentou que



Tasso Genro; Ministro da Educação e alunos do Projeto Itaú/Zumbi.

a discussão venha perdendo forças. E que isto é prejudicial para a comunidade afro-descendente. “O discurso sobre a inclusão de negros no ensino superior, que ganhou peso num primeiro momento, começa a se esvaziar. Estamos preocupados. Não apenas porque este tema não foi tratado como desejávamos na reforma universitária. Mas porque sabemos que se esta questão não estiver no papel, dificilmente conseguiremos que seja implementada”.

Tasso Genro reafirmou a disposição do governo em continuar a trabalhar em prol das políticas afirmati-

“Políticas afirmativas são uma obrigação democrática” (Tasso Genro)

vas, independentemente das críticas que têm surgido. “As políticas afirmativas são uma obrigação democrática. Elas existem para combinar o desenvolvimento material do país com as políticas públicas que redirecionam a sociedade brasileira e que reduzem as fraturas sociais do país”, argumentou ele, lembrando que a inclusão de uma pergunta que identifica a origem étnica das pessoas no censo escolar foi alvo de muitas críticas. “Resolvemos colocar a pergunta no censo escolar para termos dados que comprovassem que as políticas afirmativas são necessárias. E fomos muito criticados. Apesar disto, vamos manter esta questão mesmo com as opiniões subjacentemente racistas de alguns de nossos intelectos”, defendeu.

Segundo o ministro, ainda que as cotas tenham ficado de fora da se-

gunda versão do projeto de Reforma Universitária enviada ao Congresso, elas estão previstas no ProUni – que concede benefícios fiscais a entidades de ensino superior que abrirem vagas para alunos carentes – e no projeto de lei que cria cotas para estudantes de escolas públicas, negros e pardos em universidades federais. O projeto de lei em questão – que também está no Congresso, mas tramita em regime de urgência e, portanto, pode ser votado antes da Reforma Universitária -, prevê que as instituições federais de ensino destinem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro dessas, reservem percentuais para negros, pardos e indígenas. Os percentuais, segundo o Projeto, devem variar de acordo com a participação de cada etnia na região onde a instituição de ensino estiver localizada.

item cor/raça no Censo Escolar

Eliezer Pacheco, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

O INEP tem o compromisso social de buscar informações para subsidiar a formulação de políticas na área da educação. Uma de suas atribuições é elaborar diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica, por meio do desenvolvimento e implementação, na área educacional, de sistemas de informação e documentação que abrangem estatística, avaliações, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais. Esses dados orientam as ações dos gestores públicos da educação no Brasil e, quanto mais precisos, melhor para a

sociedade brasileira como um todo. Desde sua fundação, no ano de 1937, o Inep vem cumprindo essas suas históricas finalidades, o que faz dessa autarquia a mais importante fonte de dados educacionais em nosso país. Cumprindo sua vocação, a cada ano o Inep agrupa a seus produtos, tais como o Sistemas de Avaliação da Educação Básica (saeb), o Censo da Educação Superior e o Censo Escolar, questões importantes que aju-

dam o brasileiro a se conhecer em profundidade cada vez maior. É o caso da inclusão, em 2005, do item cor/raça no Censo Escolar. Surpreende, no entanto, que tal fato venha causando polêmica nas páginas de Opinião da Folha. Por que o Ministério da Educação poderia perguntar sobre diversos dados socioeconômicos dessa população, tais como necessidade educacionais especiais, transporte escolar merenda, mas não poderia procurar saber a cor/raça dos brasileiros que estão na educação básica? É preciso lembrar que esses dados não são coletados por nenhuma



Eliezer Pacheco

outra pesquisa em nosso país, embora sejam fundamentais para nortear políticas em nível federal, estadual e municipal.

Que motivações haveria por baixo da recusa em buscar conhecer a distribuição de brancos, pretos, amarelos e pardos na escola brasileira? Que argumento poderia ser mais forte do que a necessidade de esclarecimento, de precisão de dados e de clareza de informação sobre a realidade dessa população? Que motivo haveria para ocultar da sociedade brasileira uma informação importante como essa, silenciando a pergunta aos alunos de nosso país? Aparentemente, nenhum. E, afinal, é preciso dizer que, com base na coleta do dado cor/raça – até hoje desconhecido –, os gestores de educação do país poderão definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade na comunidade escolar.

Além do mais, o processo de inclusão desse item ocorreu de maneira completamente democrática. No ano passado, visando à inclusão do item cor/raça no Censo Escolar 2005, o Inep organizou seminários para discutir e explicar como seria a coleta nas unidades escolares. Participaram desses encontros representantes de secretarias estaduais e municipais de Educação. A orientação era para que, a partir de 2005,

as fichas de matrículas de escolas de educação básica contivessem espaços para a indicação auto declarada da cor do aluno. Quem tivesse 16 anos ou mais declararia sua raça/cor e, quanto aos mais novos, os pais ou responsável responderiam. Para escolher os termos de classificação de raça ou cor, os técnicos do Inep tiveram o cuidado de ouvir grupos de movimentos sociais ligados questões racial no Brasil.

Foram consultados também representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Encerradas as discussões, a equipe do Inep optou por seguir os critérios adotados pelo IBGE, que desde o Censo de 2000 utiliza, nas pesquisas sobre cor e raça da população brasileira, os termos amarela, branca, indígena, parda ou quesito é denominado de “cor ou raça”, porque as categorias que engloba podem ser entendidas pelo entrevistado de forma bastante diversa.

Quem responde “branca” não necessariamente está entendendo a qualificação como uma categoria de sua “raça” assim como quem responde “preta” – que, por definição, trate-se de uma categoria de “cor” – pode estar, no seu entendimento, respondendo a um atributo de sua “raça” ou origem racial, o que torna o assunto complexo. Ou seja, como a questão envolve elementos de atribuição de identidade e percepção, não se pode controlar objetivamente o que cada categoria representa subjetivamente para cada entrevistado – o que traz reflexo em sua resposta.

Todas essas precauções foram tomadas a fim de que a coleta do dado cor/raça viesse qualificar ainda mais o universo de informações de que pesquisadores, educadores e gestores públicos já dispõem. Conhecer o Brasil é bom para a democracia e um direito de todos os brasileiros, que o governo federal não pode se furtar de garantir.

“É muito prazeroso, como educador, ver um projeto como a Unipalmares”

O secretário de Educação do Estado de São Paulo, Gabriel Chalita, esteve no mês passado na Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares). Em sua primeira visita ao novo prédio da Zumbi dos Palmares, o secretário declarou estar surpreso com os avanços alcançados pela escola em pouco mais de um ano de sua criação. Chalita chegou acompanhado do desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e secretário-geral da Academia Paulista de Letras, José Renato Nalini.

“Eu admiro vocês da Afrobras porque são gente que faz. Diferenciam-se de pessoas que ficam apenas planejando e não conseguem viabilizar os projetos. Vocês põem as coisas no papel e, ao mesmo tempo, realizam”, afirmou ele. Durante o encontro, o reitor da Unipalmares detalhou ao secretário todos os projetos que vêm sendo desenvolvidos pela escola, entre eles, o Brasil Alfabetizado, o Projeto Guri e o Núcleo de Artes.



Gabriel Chalita; Secretário de Estado da Educação, José Renato Nalini; Desembargador

Do sonho à realidade

A diretora da Unipalmares, professora Cristina Jorge, explicou ao secretário que a Unipalmares tem a idéia de disponibilizar ao público morador das áreas ao redor, um curso supletivo. “Um curso destes por estas redondezas é absolutamente necessário e, além disso, precisamos dar

condições para que as pessoas que estão participando do programa Brasil Alfabetizado (Unipalmares/MEC) possam fazer um curso supletivo para que continuem estudando depois de concluírem o programa de alfabetização”, explicou.

“É bonito a gente ver como é possível ir do sonho à realidade. Como foi possível criar um espaço plural em que, de fato, a cidadania possa ser respeitada e também as pessoas. E como cresceu este projeto, em tão pouco tempo. É muito prazeroso, como educador, ver tudo isto”, disse Gabriel Chalita. Segundo ele, é preciso buscar, cada vez mais, escolas de excelência, que trabalhem com a estruturação de valores humanos, com o respeito à diversidade e à dignidade humana. “Neste sentido, acho que a Unipalmares cumpre esta função. É uma escola que cumpre com o grande projeto do educador, que é ajudar o ser humano a colocar para fora todo o seu potencial”, finalizou.

Gabriel Chalita, Secretário da Educação



Gabriel Chalita

Sempre se soube que no Brasil o ensino superior público, de melhor qualidade, teve seu acesso limitado aos filhos de famílias mais ricas, enquanto para os menos afortunados coube pagar pelo ensino privado, na maioria, de qualidade inferior. Muito se discute também sobre a democratização do ensino superior, tendo as cotas como um tema central que divide opiniões: de um lado estão aqueles que defendem as cotas como um mecanismo necessário para o acesso dos mais carentes à universidade pública e, de outro, estão os que acreditam que cotas são racismo ao contrário, privilégio e extingue o mérito do vestibular. Os principais jornais do país vêm retratando o ingresso de alunos carentes em universidades públicas como a Unicamp e a USP.

Em meio à discussão, surge a pesquisa do Datafolha, que, mais do que estatísticas, nos ajuda a refletir sobre direitos e privilégios.

De acordo com a pesquisa, 36% das vagas dos cursos mais concorridos

na USP foram conquistadas por alunos oriundos de apenas 16 escolas de elite, cujas mensalidades podem passar de R\$ 1.500. Os que podem pagar mais de R\$ 700 por mês nos cursos preparatórios correspondem a 72% dos aprovados. A pesquisa atesta o fato que somente aqueles que fizeram um bom ensino secundário privado ou um cursinho pré-vestibular pago podem chegar às universidades públicas, sobretudo nas áreas mais concorridas.

É importante mencionar que apenas 10% da população brasileira concentram 46,7% de toda renda nacional.

Já a maioria dos brasileiros recebe salário que nem sequer alcança o valor que cursinhos e colégios cobram para que os filhos da minoria afortunada ingressem nas melhores universidades públicas do país.

Em paralelo à pesquisa do Datafolha estão os dados do Censo Étnico Racial da USP, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do IBGE.

Segundo o Ipea, a dis-

s Cotas da Elite

Por: Sebastião Arcanjo (PT/SP) Tiãozinho - Deputado Estadual - Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

tribuição de renda mostra que, entre os mais pobres do país, 70% são negros e 30% brancos. Já entre os mais ricos, 85% são brancos e apenas 15% são negros. O 1º Censo Étnico-Racial da USP revelou que a porcentagem de negros é de apenas 8,3% contra 78,2% de brancos. Já o IBGE revela que no Brasil há 3,026 milhões de estudantes universitários, sendo 78,8% formados pela população branca, contra 19,2% dos negros. O órgão mostra ainda que um em cada grupo de dez brancos tem curso superior, enquanto um em cada 50 negros está na mesma condição.

Diante desses dados não há como negar que, no Brasil, a distribuição de vagas no ensino superior reproduz com requintes de残酷 (cruelty) a lamentável desigualdade de renda. Neste contexto social, a universidade pública se revela como um instrumento cristalizador da desigualdade de oportunidades, fazendo com que uns possam estudar em colégios caros ou cursinhos pagos e a maioria tenha uma formação deficiente que os impede de ocupar as tão sonhadas vagas do ensino superior gratuito. O que se evidencia diante de tais dados é que a primeira seleção para entrar na universidade constitui-se na seleção sócio-econômica.

Longe do ideal republicano da sociedade democrática, a distribuição de vagas nas universidades está entre os obstáculos que se impõem ao estudante carente em seu caminho à universidade pública, uma barreira para que os



Sebastião Arcanjo (PT/SP) Tiãozinho - Deputado Estadual

mais pobres tenham o direito aos serviços públicos e, mais ainda, a negação do direito fundamental à educação.

As ações afirmativas têm como principal objetivo eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos etc. Parte das políticas afirmativas, as cotas significam um mecanismo real de acesso à universidade pública e ascensão social daqueles que sempre estiveram à margem da sociedade.

Guiadas pelo respeito e o interesse em promover a diversidade étnico-racial

em seus espaços, várias universidades já lançaram mão das cotas para iniciar a mudança nos campi. As universidades de Alagoas, Amazonas, Bahia, Brasília, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná implantaram a reserva de vagas para negros, índios e carentes, com resultados positivos.

O resultado da pesquisa de avaliação do desempenho acadêmico dos primeiros cotistas da Uerj, pioneira na adoção de cotas, revelou que 49% dos cotistas passaram de ano sem exame ou dependência, contra 47% dos não-cotistas. A evasão dos negros foi menor: 5% contra 9% registrados entre os alunos brancos. Na Universidade da Estadual da Bahia não houve variação de notas entre os dois grupos. As pesquisas explicam a ira da elite e as tentativas para desqualificar a luta do movimento negro pelos ideais de igualdade. Sustentada pela questão de mérito ou do racismo ao contrário, a minoria afortunada quer, na verdade, a manutenção de seus próprios privilégios, seja por meio de concentração de renda, ocupação de postos de comando e principais universidades públicas. Partindo do pressuposto de que o maior problema da democracia numa sociedade de classes é a desigualdade, se faz necessário superar a manutenção da elite nas esferas de poder e dar a todos, independentemente de berço, o direito à igualdade de condições.

olítica de cotas no ensino superior

Uma reflexão de quem deu um passo à diante...

Por: Cristina Jorge – diretora da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares

A imprensa nacional tem publicado muitos artigos e reportagens sobre a política do Ministério da Educação que instituiu cotas no ensino superior a serem ocupadas por índios, negros e egressos das escolas públicas de nível médio. A sociedade civil ainda não possui uma posição fechada sobre a questão. A discussão ocorre entre os que aprovam as cotas e os que são contrários a elas. A argumentação é diversa, desde intelectuais que consideram este sistema como a oficialização do conceito de raça: ultrapassado e inexato; e aqueles que consideram as cotas como um privilégio que beneficiará poucos em detrimento da massa de vestibulandos.

Considero estes argumentos pífios, uma vez que se baseiam em pré-conceitos –opiniões consolidadas, antigas e pré-estabelecidas, de forma independente aos avanços que a discussão atingiu. O segmento dos afro-descendentes, absolutamente, não se constitui em minoria populacional. Pelo contrário, hoje somam cerca de 47% da população total do País. As cotas não beneficiam raças e sim grupos étnicos, constituídos em torno de padrões histórico-econômico-culturais próprios. Sequer vou entrar



Cristina Jorge

na discussão sobre a necessidade de se fazer justiça para os grupos étnicos em questão.

Entendo que o foco deve ser a eficácia do programa que garante cotas para ingresso à educação superior, para os negros e índios. Uma vez definido o foco da discussão, posso afirmar que a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, primeira e única instituição brasileira que tem como público alvo preferencial os afro-descendentes, está desenvolvendo em seu curso Superior de

Administração, uma metodologia própria baseada em três momentos principais: o anterior ao ingresso na Faculdade, oferecendo curso preparatório ao exame de seleção de forma a capacitar melhor os alunos cuja escolaridade foi cumprida de forma descontínua e muitas vezes sem a necessária fixação da aprendizagem. O segundo momento é o do curso superior propriamente dito, criando oportunidades de recuperação de conteúdos específicos do ensino médio, não apreendidos – Matemática, Inglês e Comunicação e Expressão, principalmente. O terceiro momento é preparar os educandos para o pós-faculdade – ingresso no mercado de trabalho, através de estágios especiais, onde o aluno tenha verdadeiras oportunidades de aplicar, na empresa, as competências e habilidades que desenvolvem no curso.

Se o sistema de cotas for compreendido a partir destas ações, seu sucesso será muito significativo e constituir-se-á em uma revolução na educação superior, além de representar o passo principal rumo à inclusão social. De outra forma, será apenas mais uma tentativa de fachada, mais um cenário para aqueles que querem “sair bem nas fotos”...

entros de estudo e cidadania

Por: Eduardo Storópoli, reitor da Uninove e presidente da ANACEU - Associação Nacional de Centros Universitários

A ligação da Universidade com os valores fundamentais do ser humano começou, praticamente, com a fundação da primeira instituição universitária do mundo, na cidade italiana de Bolonha, em 1150, portanto, há quase mil anos. Segundo historiadores, a criação dessa universidade foi fundamental para o Renascimento e para as conquistas científicas dos próximos séculos.

A tradição humanista do ensino universitário foi reforçada, ao longo dos séculos, pelo estudo das ciências humanas, com as investigações comportamentais, com a absorção de novos conhecimentos, como a psicanálise e a comunicação global.

Empresas, parlamentos, governos, religiões têm sido beneficiados, de Bolonha para o mundo, com as lideranças formadas nas universidades. Os bancos universitários oferecem, portanto, bem mais do que conhecimentos técnicos para projetar pontes e viadutos; para curar enfermos; ou para defender o correto uso das leis. Enquanto aprendem a utilizar seus conhecimentos mais específicos, dos ramos de atividade escolhidos,



Eduardo Storópoli, reitor da Uninove

alunos têm recebido, cada vez mais, oportunidades para desenvolver a cidadania, ou seja, a qualidade ou condição de cidadão. Esse aprendizado, como tudo o que se obtém na vida, ocorre por meio de teoria e da prática.

Ninguém é cidadão simplesmente porque nasceu em um país. A cidadania é um direito que só pode ser exercido por quem o valoriza. E só se valoriza o que se conhece; aquilo que modifica nossas vidas. Nesse sentido, noções e exercícios de voluntariado, por exemplo, são excelentes campos para o desenvolvimento de cidadãos. Entrar em contato com a realidade daqueles que quase nada têm, é uma

das oportunidades de evolução pessoal propiciadas pela vida universitária. Utilizar os conhecimentos, à medida que se os adquire, em prol dos mais necessitados, humaniza o futuro profissional, dando-lhe uma dimensão mais ampla – e humanista – do exercício da futura profissão. [...] Ajudar uma pessoa de baixa renda a preencher sua declaração de Imposto de Renda; indicar ao consumidor seus direitos; contribuir para que pessoas carentes tratem adequadamente de seus dentes. Essas atividades são tão importantes, em uma instituição universitária, para a formação completa, holística do estudante e futuro profissional, quanto os laboratórios, computadores e livros.

Por isso, é fundamental que o vestibulando, ao selecionar o curso e a instituição que pretende cursar, pense também no que ela lhe oferecerá para que se torne um cidadão melhor. Ao contrário do que muitos possam imaginar, a formação humanista, hoje, é ainda mais importante do que no passado. A evolução científico-tecnológica, ampliando o poder humano, cobra, de cada um, que saiba utilizar esse poder de maneira equilibrada, justa e igualitária.

*Por: Sidney Dutra - Reitor da
Universidade de Santo Amaro*

Ova urgência para um velho tema

A universidade brasileira está novamente às voltas com o tema das vagas para negros e pardos. A novidade é que, afinal, a idéia está saindo do papel e dos planos das boas intenções para a prática, de maneira concreta e irreprimível. Se recuarmos no tempo, vamos encontrar Dom João VI assinando em 1815 a primeira autorização para reserva de lugares destinados a negros e pardos numa universidade brasileira.

O beneficiado chamava-se João Evangelista que, em 12 de março daquele mesmo ano, pôde matricular-se no Curso de Estudos Médicos e Cirúrgicos da Academia de Medicina e Cirurgia, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como Dom João VI e os governantes que o sucederam do Império à República subestimaram a força dos preconceitos e dos mecanismos de exclusão da sociedade, nada de concreto efetivamente aconteceu. O tempo passou, o decreto pioneiro ficou confinado, em silêncio, no dis-

creto terreno dos meros registros históricos. Nesse momento em que se pensa a idéia das cotas, passados quase dois séculos, com base em projeto elaborado pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a primeira constatação é que se trata de uma iniciativa oportunista, mas que sozinha não resolve o problema das graves desigualdades sociais.

Não há dúvidas de que a idéia merece ser acolhida.

Vejamos o que informa recente pesquisa do Instituto Sensus, a pedido da Confederação Nacional do Transporte:

* Nos dias atuais, apenas 8,7 % dos

universitários brasileiros são negros.

* De todos os brasileiros com curso superior, apenas 14% são negros.

* A desigualdade racial nos cursos mais procurados, como medicina, odontologia e direito, chega a 80%

* Dados do último Provão revelam que as universidades federais, 61% dos formandos são brancos, 4,4 % são negros e 30,3% são pardos. Nas privadas a diferença é ainda mais acentuada: 72% são brancos, 3,6%, negros e 20,4%, pardos.

Tanto que, segundo a mesma fonte, seis em cada brasileiros apóiam a política de cotas. Mas é preciso ver o tema de forma mais ampla. Para que a inclusão dos negros de forma massiva nas universidades ocorra, é imperati-

vo atacar de frente as vulnerabilidades do ensino médio. Nesse terreno, sitiado por tantas carências, é que a batalha da inclusão começa a ser perdida e se transforma no germe da exclusão. O espantalho da falta de recursos financeiros afasta a grande maioria dos alunos pobres - negros e também brancos - muito antes da conclusão do curso. Os que conseguem vencê-lo esbarram na muralha das deficiências do ensino público que coloca seus alunos em grave desigualdade de condição nos vestibulares. Por isso, é crucial que a política de cotas venha acompanhada de uma vasta reforma do ensino médio com o propósito de democratizar as oportunidades de acesso à universidade. Curiosamente, não tem sido este o foco dos debates. Abordam-se mais as suas complexidades de aplicação do que as suas vantagens. Novamente, vale um rápido recuo no tempo. O prestígio conferido pela universidade remonta da Idade Média quando os poderes públicos da Inglaterra e da França passaram a considerar a existência de universitários como uma "riqueza pública", um sinal exterior da riqueza e da dignidade das cidades e do Estado. Isto porque, à época já se vislumbrava o papel que a evolução das ciências e da tecnologia iria a exercer na competitividade das Nações. Em Oxford, Bolonha e Paris os universitários desfrutavam de pri-



Sidney Dutra

vilégiós econômicos como a isenção de taxas e impostos, descontos especiais em alojamentos e compra de víveres e além de preços especiais na compra de manuscritos. Como acontece hoje, esse tratamento gerava polêmicas. As reações contra o conceito da formação universitária como um bem público desdobrou-se na disposição de velhas elites em manter privilégios e gerou reações das mais diversas, muitas vezes pela violência, para manter a base da sociedade afastada do topo. Portanto, não há de estranhar que tantas vozes se oponham às cotas para negros e pardos em uma universidade brasileira. Porém, essa oposição tende a se transformar em algo do passado. A lição construtiva que a história sugere é fácil de assimilar: os

países que trataram os universitários como uma riqueza pública na transição da Idade Média para a Idade Moderna foram justamente aqueles que mais prosperaram. No Brasil, nunca perseguimos esse objetivo estratégico. Até então, sempre que o tema foi esgrimido por alguém, foi relegado à posição secundária, tratado como um ideal utópico. Agora, é diferente. Desde os anos 40, caminha-se para efetiva abertura da universidade para as diferentes classes sociais. E o ensino universitário se valoriza, inclusive por força das crescentes exigências de competitividade internacional. Além disso, os direitos à cidadania assumem os traços firmes da universalidade. Nunca, apesar de todas as contradições, houve tanta pressão para que sejam respeitados e livremente exercidos. Em grande parte é o que tem contribuído para que a política de cotas supere as adversidades e ganhe espaços concretos. Várias universidades já estão abrindo suas vagas para abrigar a idéia das cotas. Tudo indica que ainda nesta primeira década do século 21 o antigo ideal do alvorecer do século 19, a política de cotas para negros e pardos, afinal, começa encontrar o terreno fértil da prática, a revelar em maior ou menor grau que o seu conteúdo é possível e dos mais valiosos para o progresso da nação brasileira.



cidade que educa se educa

*Por: José Aristodemo Pinotti, Secretário Municipal de
Educação de São Paulo*

Educação é absorção da cultura como modo de vida e como acréscimo de conhecimentos úteis e ilustrativos, é a formação do cidadão, ético, útil e feliz. Pelas nossas leis, é obrigação do Governo, através das escolas. Entretanto, histórica e antropológicamente tem sido tarefa da tribo, da sociedade e, também, da escola. O Governo é o agente catalisador. Se não assumirmos visão mais holística no objetivo e mais moderna e conjuntural na estratégia, continuaremos a derrapar na monótona precariedade dos resultados demonstrados nas avaliações do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). No Município de São Paulo, deparmo-nos com diversos problemas emergenciais: CEUs sem pagamento de limpeza, manutenção e segurança desde julho, em contratos que gastam só para estes itens, em cada CEU, o absurdo de 2,5 milhões de

reais por ano; das Escolas com cronograma desatualizado e obras parafaltas de pagamento setembro de 2004 de contratos firmados em agosto; relacionamento com as 31 subprefeituras equivocado, fracionando a política educacional, multiplicando as coordenadorias e inchando-as com 1287 professores e funcionários provenientes das escolas, deixando salas de aula sem professores e inviabilizando a descentralização administrativa para as escolas e a unidade do sistema de educação; creches, perueiros e merenda sem pagamentos, ameaçando paralisação; risco de apagão, por falta de pagamento das contas de luz; dezenas de projetos em andamento, sem ligação entre si, com contratos externos difíceis de entender, como, um deles, de 21 milhões de reais/ano para o “portal” da secretaria. Todas essas questões estão sendo solucionadas. Conseguimos cumprir o “recreio nas

férias” e iniciar as aulas com tranquilidade. Os contratos estão sendo auditados e as mudanças administrativas operadas.

Os problemas principais voltam a ser a demanda reprimida no ensino infantil, o resultado precário do ensino fundamental e a dolorosa constatação de que as soluções convencionais aplicadas até agora não surtiram os resultados desejados, em que pese o esforço e a boa intenção dos professores, pensadores e dirigentes da educação.

Na verdade, nossos maiores empecilhos são: a pobreza com todas as suas consequências - inclusive sobre a saúde - na qual a maioria das nossas crianças está imersa, as dificuldades causadas pela burocracia e um entendimento, às vezes equivocado e conservador, do corporativismo e de certas normas e teorias. Na impossibilidade de se fazer o ótimo, acaba-se não fazendo o bom, que, seguramente, é melhor que o péssimo do não



José Aristodemo Pinotti, Secretário Municipal de Educação de São Paulo

fazer. Soma-se a isso um descrédito orquestrado por tudo o que é público, associado à tentativa de privatizar até as políticas públicas essenciais. Tudo isso pode ser superado com uma administração moderna e eficiente, que tenha a participação da sociedade e do empresariado, como já começa a ocorrer concretamente, para colocar em andamento uma política educacional que aponte para a universalização do ensino infantil e que melhore a qualidade do ensino fundamental, com projetos viáveis como o aprimoramento continuado das escolas, incluindo a estrutura e

a aparência física, dando-lhes cada vez mais autonomia e integrando-as com a comunidade; como a educação continuada dos professores, baseada nos problemas da escola - com instrumentos de ensino à distância e presencial, e envolvimento prioritário dos Diretores – dando-lhe um caráter mais acadêmico e construtivo, avaliando continuamente seu produto final e premiando as melhores obtidas, pois instituições e pessoas respondem a incentivos. Estamos ultimando um projeto que nos será doado pela Fundação Lehman, nessa direção. Mas também, com projetos

ousados como o de educação para a saúde das crianças nas escolas e o de ampliar o espaço e tempo educacional, limitado à cidadela pedagógica das unidades escolares, inserindo-o na riqueza cultural e empresarial da cidade, usando para isso o amplo e mal utilizado tempo do pós-escola. Serão necessários arrojo e organização, mas estão aí os museus, teatros, clubes, parques ecológicos e tantíssimos outros, com maior ou menor ociosidade e, o que é mais importante, disposição e condições pedagógicas para colaborar. Apesar dessas possibilidades, nossas crianças, provenientes de bairros pobres e famílias pobres têm apenas (e se tanto) quatro horas de aula, pois 70% das escolas têm três turnos diários, sem usufruir das ricas oportunidades da cidade. Os jovens, por serem descompromissados, são também um forte elemento de controle social. É de Paulo Freire a frase “A cidade se converte em educadora, a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar... Sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada”. Com uma visão socialmente comprometida, participação da sociedade civil, administração ágil e moderna, com bons professores que temos, parceria com o Governo do Estado, estímulo, apoio, visão moderna e cobrança diária do Prefeito José Serra e muito trabalho, conseguiremos vencer os obstáculos e iniciar uma tendência sustentável de melhora da educação na cidade de São Paulo.

Visitas na Zumbi



Walter Crispim da Silva; Presidente da Fundação Visconde de Caiuru, Ivete Sacramento; Reitora da Universidade Estadual da Bahia, Mamadu Lamarana Bari; Coordenador Geral da Fundação Visconde de Caiuru.

Ivete Sacramento, reitora da UNEB

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares recebeu a visita de Ivete Sacramento, reitora da Universidade Estadual da Bahia, e primeira negra a ocupar esta posição no Brasil. A reitora esteve acompanhada de Walter Crispim da Silva e pelo prof. Mamadu Lamarana Bari, presidente e coordenador geral da Fundação Visconde de Caiuru, respectivamente.



**Embaixadora da Costa do Marfim,
Colette Lambin**

Outra visita na Unipalmareis foi a de Colette Lambin, embaixadora da Costa do Marfim. A embaixadora disse estar impressionada e feliz com o que viu. “É muito interessante ver o que esta universidade faz, aqui se

ensina tudo, principalmente o lado cultural, que é muito importante”. Durante a visita, a embaixadora presenteou o reitor da Unipalmareis, José Vicente, com um livro de Artes, que foi doado para a biblioteca. Colette Lambin disse estar “encantada” com a Unipalmareis e afirmou que o seu País tem muito interesse em firmar convênios com a instituição, principalmente na área cultural.

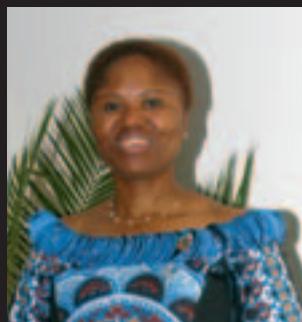


Grupo de dança StepAfrika

Grupo de dança norte-americano visita Unipalmareis

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares recebeu a visita do grupo de dança StepAfrika, criado em 1994, nos Estados Unidos, por alunos afro-descendentes com o objetivo de mostrar o orgulho da raça negra. As coreografias foram feitas a partir de ritmos criados com pés, mãos, braços e vozes, no estilo conhecido como stepping.

O grupo, que foi formado por um grêmio estudantil, é composto por sete bailarinos: Brian Williams, Paul Woodruff, Aisha Lord, Darrius Gourdine, Jason Nious, Brian McCollum e Zakiya Harris. Os alunos da Zumbi fizeram uma apresentação de samba-rock para os visitantes, que tentaram dar alguns passos da dança.



Embaixadora da África do Sul leva empresários à Unipalmareis

A embaixadora da República da África do Sul, Lindiwe Zulu, esteve na Unipalmareis acompanhada de uma comitiva de 11 empresários

sul-africanos para que conhecessem a única universidade onde há a maior concentração de negros e afro-descendentes do País.

Billy Paul na Unipalmares

O cantor norte-americano Billy Paul, em turnê pelo Brasil visitou, no último dia 13 de junho, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

O cantor falou de sua emoção ao conhecer a Zumbi: “Estou honrado em estar aqui conhecendo o projeto da Universidade. Nos EUA eu sou um defensor do direito dos negros e das mulheres. Eu apóio o movimento para que eles tenham os mesmos direitos, ganhem os mesmos salários”. Também lembrou que seu pai morreu defendendo a causa do povo negro norte-americano e que lutou contra a Ku Klux Kan – movimento que nasceu no sul dos Estados Unidos, em 1866 –, sociedade secreta que lutava pela manutenção da supremacia branca.

Durante a visita Billy conheceu todas as dependências da universidade e ficou surpreso com o que viu. Ao visitar as salas de aulas demonstrou muita simplicidade, entre autógrafos, fotos e muitos beijos para alunos e funcionários da Zumbi. Ele também falou para os alunos o que sentia sobre sua origem: “Tenho orgu-



Billy Paul e Léo Maia

lho de ser negro. Minha avó sempre me ensinou que não devemos nunca olhar para baixo e sim para cima”. O cantor pôde mostrar que ainda está em forma, ao dançar com a turma de samba-rock. Depois acompanhou o maestro Robson Miguel, cantando em uma de suas aulas.

Já no auditório da Universidade, Billy assistiu a um vídeo do último Troféu Raça Negra e se emocionou. “É um



Billy Paul

prêmio muito importante e que avalia o valor do negro brasileiro. Estou orgulhoso de ver o que vocês estão fazendo aqui no Brasil e, certamente, vou voltar aqui e também virrei para o Troféu”, afirmou o cantor.

No final da visita, o ícone norte-americano deixou uma mensagem a todos os brasileiros. “A educação é muito importante para o povo negro. Temos que educar as crianças para que elas não entrem no crime, não peguem em armas. A educação é a chave para tudo”.

Na ocasião, Billy Paul reencontrou o cantor Léo Maia e ficou emocionado quando soube que era filho de Tim Maia. “Quando eu o conheci ele era apenas uma criança”, disse ao abraçar o cantor brasileiro. Billy Paul convidou ainda Léo Maia a participar do seu DVD que será gravado no segundo semestre em São Paulo, acrescentando que também convidou Ed Motta para participar do mesmo.

Unipalmares: um palco iluminado e eclético

Por: José Vicente, presidente da Afrobras e reitor da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares

O maior e o mais importante passo de qualquer construção grande ou pequena, indubitavelmente é o primeiro. E, no mais das vezes, acabamos descobrindo que essas construções, mesmo aquelas que nos pareciam intangíveis em projeção mental, tornam-se possíveis e exequíveis diante da ação reveladora advinda do primeiro passo.

Tem sido assim, em realizações das mais variadas áreas de atuação da humanidade e tem sido assim nas mais diferentes ações individuais ou grupais dos mais variados segmentos sociais. O caso da temática do negro não foge a regra. E, da mesma forma, as grandes realizações e grandes conquistas efetuadas têm sido possíveis porque a grande maioria de seus autores tem tido a capacidade de dar o primeiro passo.

Num tema extremamente complexo, profundamente polêmico e incompreensivelmente incompreendido, não tem sido pouca a realização que tenha começado dessa simples maneira.

Precisamente, porque, em grande medida, o sucesso nas ações desse tema estão umbilicalmente relacionadas à possibilidade de primeiramente produzir-se “mudança por dentro”. É necessário antes de tudo permitir que as pessoas conheçam as perspectivas desse tema, suas particularidades, especificidades, justificativas, fundamentos teóricos, técnicos e mesmo aspectos de seu cotidiano.

É depois dessa pequena imersão que freqüentemente ouvimos com ar de



espanto expressões do tipo “puxa eu não sabia”, ou “nossa isso é um absurdo” “precisamos fazer alguma coisa”. Em grande medida é uma aplicação ampliada do adágio popular ver para crer. No caso, ver, ouvir, auscultar, sentir e respirar para crer. Visto e acreditado não há como permanecer indiferente, criando-se assim as possibilidades para, então, iniciar-se com o primeiro passo.

Ao longo de sua trajetória o trabalho da Afrobras e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares tem sido um terreno privilegiado e fértil para preparar mentes e corações para o primeiro passo, assim como, para tornar objetivas realizações extraordinárias de fundamental importância para o negro paulista e brasileiro.

Este primeiro quarto de ano de 2005, foi um espelho vivo de quantos “negros de todas as cores” têm se juntado a esse trabalho hercúleo de reunir pessoas em torno de uma idéia e de um

grande objetivo, preparando-os para seus primeiros passos e, consequentemente, para as futuras realizações, conforme muito bem ilustra o título da matéria do Jornal Folha de São Paulo de 04/06/2005: UNIPALMARES UM PALCO ILUMINADO E ECLÉTICO.

A reportagem de capa e tema central dessa edição da Revista Afirmativa, registra, sobremaneira, o quanto as mais diferentes personalidades têm prestigiado nosso tema, nossas realizações e nossas instituições com o fim único de consolidar e projetar nossas conquistas para as presentes e futura gerações. Ao longo desse semestre, surpreendentemente, assistimos um desfilar de autoridades e personalidades das mais variadas áreas de atuação, das mais diferentes correntes políticas, dos mais variados segmentos profissionais, nacionais ou estrangeiros que, de maneira gentil e elegante, emprestaram suas presenças a favor do negro brasileiro. Em alto, colorido e bom som disseram sim à igualdade de oportunidades, ao respeito à diferença e ao valor inquebrantável do negro brasileiro, constituindo no seu conjunto, um largo passo na consolidação dos mais altos valores da dignidade e da cidadania. Se o primeiro passo é fundamental, o segundo indispensável. Às autoridades e personalidades que fizeram da Unipalmares um palco iluminado e eclético nesse primeiro semestre de 2005, o nosso profundo muito obrigado!



Negros em Foco. Um programa que é a cara do Brasil.

Entrevistas, beleza, progresso, saúde, emprego,
política, profissões, participação na sociedade
O mundo da comunidade afro-descendente como
você nunca viu na televisão brasileira.

Todos os domingos, às 21 horas, na Rede Brasileira de Integração,
canal 16 (UHF), São Paulo e Brasília.
Reprise às quartas feiras, às 22h30.

Apresentação:
Francisca Rodrigues e Telma Alves.

Não perca.

Realização AFROBRAS



TUDO EM ATÉ
12X
 SEM JUROS*

CAMISAS (tricoline e fil a fil)***
 DE: R\$ ~~49,95~~ POR: R\$ 29,95

~~PROMOÇÃO
DEFERIAS~~

Você tem um mês para aproveitar
 essas ofertas e deixar seu inverno
 muito mais quente. Não perca.

CALÇAS (jeans, sarja e social)****

DE: R\$ ~~59,95~~ POR: R\$ 39,95 DE: R\$ ~~299,95~~ POR: R\$ 179,95

Avenida Paulista, centro e principais shoppings
www.camisariacolombo.com.br - faleconosco@camisariacolombo.com.br



Colombo

a espuma da noite
www.camisariacolombo.com.br